

Ec. R.

149-G.

33997

HB523-F47

RESERVADO

1986



A CRIAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE DE PRODUTIVIDADE
UMA APROXIMAÇÃO À ANÁLISE DA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO
ESTUDO SOBRE A PORTUCEL - EMPRESA DE CELULOSE
E PAPEL DE PORTUGAL.E.P.

por

Graça Maria Justina Leão Fernandes

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Economia

pelo

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

da

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Maio de 1986

Class. Insc.: A.4/F.330/X.20

Ao apresentar este trabalho quero expressar os meus agradecimentos, em primeiro lugar à orientadora desta tese Prof. Manuela Silva a quem fiquei a dever a sugestão do tema e um apoio eficaz e constante na resolução dos problemas que se me depararam.

Devo ainda uma palavra de agradecimento a todos quantos na PORTUCEL me facultaram o acesso aos dados e ajudaram a compreender o funcionamento da empresa, sem o que este trabalho não teria sido possível. Com menção especial para o Dr. Mário Baptista e Dra. Graça Simão.

Finalmente desejo expressar um sincero muito obrigado aos colegas que, com o seu apoio me permitiram acabar esta dissertação dentro dos prazos fixados.

Ao apresentar este trabalho quero expressar os meus agradecimentos, em primeiro lugar à orientadora desta tese Prof. Manuela Silva a quem fiquei a dever a sugestão do tema e um apoio eficaz e constante na resolução dos problemas que se me depararam.

Devo ainda uma palavra de agradecimento a todos quantos na PORTUCEL me facultaram o acesso aos dados e ajudaram a compreender o funcionamento da empresa, sem o que este trabalho não teria sido possível. Com menção especial para o Dr. Mário Baptista e Dra. Graça Simão.

Finalmente desejo expressar um sincero muito obrigado aos colegas que, com o seu apoio me permitiram acabar esta dissertação dentro dos prazos fixados.

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - A CRIAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE DE PRODUTIVIDADE NO CONTEXTO DA ANÁLISE DA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO	3
3 - O MÉTODO DA CONTA DE EXCEDENTE	
3.1 - A produtividade global, na análise da repartição do rendimento	9
3.2 - Descrição geral do método	
3.2.1 - Aspectos gerais	13
3.2.2 - O princípio de dissociação dos valores em volumes e preços	16
3.3 - Principais problemas a nível metodológico	
3.3.1 - A inflação	18
3.3.2 - A dissociação de valores em volumes e preços	20
3.3.3 - A escolha de um sistema de preços	27
3.3.4 - Determinação do período a estudar	28
3.3.5 - Análise de uma sucessão de períodos	29
3.4 - Críticas e desenvolvimentos	
3.4.1 - Críticas	30
3.4.2 - Desenvolvimentos	36
3.5 - Comparação com outros métodos	
3.5.1 - O método do excedente micro-económico	41
3.5.2 - O método dos índices de produtividade total	43

4 - A CRIAÇÃO E REPARTIÇÃO DO EXCEDENTE: ESTUDO DE UMA EMPRESA - A PORTUCEL-Empresa de celulose e papel de Portugal.E.P.	
4.1 - Introdução	45
4.2 - Análise das rubricas da conta de demonstração de resultados líquidos	
4.2.1 - Vendas de produtos acabados	47
4.2.2 - Variação de existências de produtos acabados e em curso	52
4.2.3 - Consumos de matérias primas e subsidiárias	55
4.2.4 - Fornecimentos e serviços de terceiros	60
4.2.5 - Impostos e taxas	62
4.2.6 - Despesas com pessoal	64
4.2.7 - Despesas financeiras	68
4.2.8 - Amortizações	75
4.3 - A conta de excedente, conclusões	78
4.4 - Extensões possíveis do trabalho	84
5 - BIBLIOGRAFIA	86
ANEXOS	91

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I	- Parcela de Excedente Gerada pelas Vendas	47
QUADRO II	- Vantagens Nominais de Clientes	48
QUADRO III	- Vantagens Reais de Clientes	48
QUADRO IV	- Efeito da Desvalorização nas Vantagens de Clientes	49
QUADRO V	- Efeito Conjunto da Inflação e Desvalorização nas Vantagens	50
QUADRO VI	- Excedente e Vantagens do Sector Florestal	50
QUADRO VII	- Excedente e Vantagens Relativas à Variação de Existências	53
QUADRO VIII	- Excedente e Vantagens Relativas a Consumos do Sector de Pastas	56
QUADRO IX	- Excedente e Vantagens Relativas a Consumos do Sector de Papéis	57
QUADRO X	- Excedente e Vantagens Relativas a Consumos do Sector de Embalagens	58
QUADRO XI	- Excedente e Vantagens Relativas a Consumos do Sector Florestal	59
QUADRO XII	- Excedente e Vantagens Relativas a Fornecimentos e Serviços de Terceiros	61
QUADRO XIII	- Excedente e Vantagens Relativas a Impostos	63
QUADRO XIV	- Excedente e Vantagens nas Variantes de Tratamento das Despesas com Pessoal	65
QUADRO XV	- Análise do Excedente e Vantagens por Sectores com a Variante 1	66
QUADRO XVI	- Análise do Excedente e Vantagens por Sectores com a Variante 1	66
QUADRO XVII	- Análise do Excedente e Vantagens por Sectores com a Variante 1	67
QUADRO XVIII	- Excedente Relativo a Despesas Financeiras na Variante 1	70
QUADRO XIX	- Vantagens Relativas a Despesas Financeiras na Variante 1	70

QUADRO XX	- Excedente e Vantagens Relativas a Despesas Financeiras na Variante 2	71
QUADRO XXI	- Vantagens Reais Relativas a Despesas Financeiras na Variante 2	72
QUADRO XXII	- Excedente Relativo a Despesas Financeiras na Variante 3	73
QUADRO XXIII	- Vantagens Relativas a Despesas Financeiras na Variante 3	74
QUADRO XXIV	- Excedente e Vantagens Relativas a Amortizações	77
QUADRO XXV	- Conta de Excedente a preços correntes	82
QUADRO XXVI	- Conta de Excedente a preços corrigidos	83

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objectivo o estudo da criação e repartição do excedente de produtividade global como via de análise dos problemas da repartição dos frutos do crescimento económico.

Baseando-se numa investigação fundamentalmente empírica, este estudo consiste, no essencial, na aplicação de um método - o método da conta de excedente - a uma unidade produtiva - a PORTUCEL- Empresa de Celulose e Papel de Portugal.E.P. - tendo por base dados provenientes (na maior parte dos casos) de documentos contabilísticos ou de apoio à contabilidade da empresa, por esta fornecidos.

Estudar-se-á a criação de um excedente resultante de uma mais eficaz afectação dos factores produtivos, traduzida por uma variação do volume do conjunto de factores utilizados inferior à variação do volume da produção, e a sua repartição entre os agentes económicos parceiros da empresa. Entende-se por agentes económicos parceiros o conjunto de agentes económicos com que a empresa conta como fornecedores de factores ou como compradores dos bens que produz.

Trata-se assim de um estudo de repartição primária e funcional do rendimento. Primária porque o excedente a repartir provem directamente da produção e funcional porque a repartição daquele excedente é feita em função do papel desempenhado por cada agente económico no processo de produção.

Começa-se por situar o método da conta de excedente no contexto do tratamento da repartição do rendimento pela ciência económica, expõem-se as suas especificidades e virtualidades, explica-se como se procedeu à sua aplicação e apresentam-se por fim as conclusões mais relevantes.

No ponto 2, questiona-se o modo como a teoria económica tem abordado o problema da repartição, procurando realçar o carácter inovador do método da conta de excedente, na sua apreensão.

No ponto 3, apresenta-se o método em 5 etapas que sumariamente se descrevem:

- Explicação das razões do aparecimento do conceito de produtividade global nos estudos sobre a repartição do rendimento e do seu significado, das diferentes formas de a medir e das razões da opção por uma forma particular - o excedente de produtividade global - para o estudo da repartição (ponto 3.1);

- Descrição geral do método e do princípio de dissociação dos valores em volumes e preços que lhe está associado, sublinhando-se a natureza dos dados a utilizar bem como alguns aspectos inovadores (ponto 3.2);

- Análise dos principais problemas metodológicos que se colocam à aplicação do método, nomeadamente, a consideração da inflação, a dissociação de certas rubricas, a escolha de um sistema de preços, a determinação do período a estudar e a análise de uma sucessão de períodos (ponto 3.3);

- Referência a algumas das críticas em relação aos pressupostos que o método implicitamente assume e outros aspectos particulares da metodologia (ponto 3.4.1). Faz-se ainda menção de alguns desenvolvimentos recentes do método, visando, por um lado, ultrapassar algumas das críticas e dificuldades metodológicas e, por outro, explorar as potencialidades do método enquanto instrumento de suporte à elaboração do plano (pto 3.4.2);

- Comparação com os métodos do excedente micro-económico e dos índices de produtividade total geralmente utilizados pela teoria económica (ponto 3.5).

No ponto 4, explica-se a forma como se procedeu à aplicação do método na PORTUCEL. Após uma breve introdução, resumindo os critérios subjacentes à escolha da empresa, é feito o tratamento rubrica a rubrica de todos os itens da conta de demonstração de resultados líquidos e elaborada a conta de excedente. Para cada rubrica é exposto o processo de obtenção dos dados utilizados e indicada a percentagem do seu valor na conta de demonstração de resultados retida para o cálculo do excedente e das vantagens. Uma interpretação dos resultados obtidos e da comparação entre os valores a preços correntes e constantes é igualmente incluída nos pontos 4.2.1 a 4.2.8. Ainda no ponto 4, comentam-se as principais conclusões da aplicação do método à PORTUCEL. Por último, é feito um resumo das extensões possíveis e desejáveis do trabalho ora apresentado.

A bibliografia que serviu de base à elaboração desta dissertação é indicada no ponto 5.

2.A CRIAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE DE PRODUTIVIDADE NO CONTEXTO DA ANÁLISE DA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO

A metodologia empregue neste trabalho é fruto da evolução do modo como a ciência económica tem vindo a encarar o problema da repartição e da importância que a teoria económica lhe tem atribuído ao longo do tempo.

Compreender as mutações constantes da realidade, sobretudo a partir da segunda Guerra Mundial, e intervir para a correção de desvios menos desejáveis da mesma realidade, tem constituído uma forte motivação da evolução acima referida.

É deste percurso dos economistas, desde a tomada de consciência do problema da repartição ao reconhecimento do seu carácter prioritário na Ciência Económica e das motivações na procura de soluções para assegurar uma repartição mais equitativa e socialmente mais justa dos frutos do crescimento económico, que se irá falar neste ponto, com o objectivo de enquadrar o estudo empírico efectuado no contexto mais geral da ciência económica.

A repartição do rendimento surge como problema no momento em que o Homem, deixando de ser auto-suficiente, passou a depender do mercado para a satisfação das suas necessidades básicas. Não é assim estranho que este problema tenha constituído objecto de preocupação da economia desde os seus primórdios enquanto ciência.

RICARDO reconhecia já a sua importância no seguinte extracto de uma carta a MALTHUS "A economia política em que pensas é um inquérito à natureza e causas da riqueza. Eu entendo que antes deveria ser um inquérito às leis que determinam a divisão do produto da indústria entre as classes que concorrem para a sua formação" (SILVA, M., 1983, prefácio).

Também provem de RICARDO o conceito de produtividade nos estudos da repartição. Regra geral, a ideia de que só o que se produz pode ser repartido e o que se produz está directa ou indirectamente relacionado com a produtividade dos factores utilizados, parece não suscitar dúvidas entre os economistas.

Para RICARDO, a repartição do rendimento entre as duas classes objecto da sua atenção - a dos capitalistas, remunerada pela taxa de lucro e a dos proprietários fundiários, remunerada pela renda - era respectivamente determinada pela produtividade marginal do capital e da terra (OSCHDAYA, 1977). Os salários, sendo determinados pelo preço dos bens-salário agrícola, não dependiam da produtividade do trabalho.

Com o advento da teoria neo-clássica que dá forma à micro-economia e, posteriormente com KEYNES e os neo-keynesianos, que lançam os fundamentos da macro-economia, a repartição do rendimento, tal como é vista por RICARDO, perde preponderância na ciência económica.

Para qualquer destas correntes teóricas, o problema da repartição assume papel secundário. Considerada pela primeira uma variável mais na análise das condicionantes do crescimento económico (OSCHDAYA, 1977), na medida em que influencia a afectação óptima de recursos e a taxa de crescimento, não passa para os segundos de uma variável dependente da despesa e do investimento (LEONARD, 1980).

Uma diferença de vulto distingue, no entanto, a abordagem da repartição de rendimento por uma e outra destas correntes.

Para a teoria neo-clássica, de HICKS a WALRAS, PARETO ou DEBREUX, tomando como hipóteses cruciais o funcionamento da economia em concorrência pura e perfeita e a ideia de que os comportamentos micro-económicos geram o equilíbrio macro-económico, a repartição do rendimento a favor de um factor é determinada pelo seu preço, que será proporcional à respectiva produtividade marginal. O grande e multifacetado problema da repartição é reduzido à esfera das condições micro-económicas que determinam o preço dos factores produtivos, isto é, a um processo de natureza puramente técnica.

A abordagem neo-keynesiana, inspirada em KALECKI e KEYNES e desenvolvida por KALDOR e JOAN ROBINSON, tem como principais preocupações demonstrar a inviabilidade do princípio da produtividade marginal como fundamento e explicação da relação entre produção e repartição e construir uma teoria da repartição mais geral que a neo-clássica porque não depende de restrições de ordem técnica e se integra num sistema com mecanismos próprios, o modo de produção capitalista.

A oposição fundamental entre as teorias da repartição neo-clássica e neo-keynesiana é, pois, essencialmente uma oposição de natureza conceptual. A concepção neo-clássica da repartição como um processo de natureza puramente técnica com carácter universal, opõe a teoria neo-keynesiana uma concepção da reparti-

ção como produto do capitalismo, concebido não de uma forma abstracta como modo de produção universal, mas como um sistema com uma especificidade própria que corresponde à formação de um elo social único - a moeda - e de uma relação social - a relação de produção capitalista segundo a qual o capital se valoriza pela utilização de uma mão-de-obra assalariada (LEONARD, 1980).

Nem uma nem outra destas teorias conseguiu até hoje dar uma resposta satisfatória à seguinte questão: constatada uma determinada repartição, como determinar os mecanismos a accionar para orientar a sociedade num sentido socialmente mais justo. As razões deste insucesso residem no irrealismo das hipóteses em que assenta a teoria neo-clássica e na ausência de um estudo mais profundo da natureza dos rendimentos em economia capitalista por parte dos neo-keynesianos. Ao envolver-se nas discussões sobre a teoria do capital, perdendo de vista a análise do problema concreto da repartição, a teoria neo-keynesiana deixou afinal sem resposta a questão que tinha pretendido resolver.

A partir da década de 60, uma nova atitude começa a tornar-se nítida, definindo-se por uma posição face à repartição de rendimento que se caracteriza por a considerar um problema a ser estudado pela sua importância própria, relacionado com o crescimento mas não em função do crescimento.

Para este desenvolvimento contribuiu decisivamente uma mudança de mentalidade dos economistas, tomando consciência de que crescimento não é sinónimo de maior equidade ou diminuição dos níveis de desigualdade na sua repartição. Para tal muito concorreram também a análise dos resultados da 1ª Década para o desenvolvimento da O.N.U. (1961 - 1970) e a investigação desenvolvida por KUZNETS e seus seguidores na 2ª metade da década de 50.

Os economistas desta nova geração preocuparam-se essencialmente em determinar os instrumentos e a melhor maneira de os accionar tendo em vista compatibilizar taxas de crescimento estáveis com uma repartição socialmente mais desejável. Confrontados com a inoperância da teoria económica neste domínio, os trabalhos destes economistas adquiriram um pendor fundamentalmente empírico.

A investigação desenvolvida, a partir de finais de 60, no domínio da repartição, prosseguiu nos anos 70 e 80, segundo duas linhas que, embora tendo pontos em comum, se diferenciam pela realidade sobre a qual se debruçam.

Uma dessas linhas privilegia, como objecto de estudo, a realidade dos países ditos sub-desenvolvidos, em relação aos quais, os altos níveis de desigualdade na repartição de rendimento, deixando grandes contingentes de população abaixo do nível das necessidades básicas, tornam urgente o encontro de soluções concretas.

Integrados nesta corrente, KRAVIS, AHLUWALIA, LYDALL, PAUKERT, CROMWELL e outros (LECAILLON, 1984), dedicaram-se fundamentalmente a investigar a confirmação da lei estabelecida por KUZNETS, e os factores que a contrariam.

Tendo em atenção que a repartição de rendimentos está necessariamente associada à estrutura da economia e nomeadamente à distribuição da força de trabalho entre os vários sectores, ao nível médio de rendimento e ao nível de dispersão do mesmo em cada sector, foi também preocupação daqueles autores definir políticas redistributivas, de emprego e de produção que em conjunto permitam lutar por um desenvolvimento económico global contra obstáculos tão difíceis como uma estrutura dualista ou os baixos níveis de educação e saúde.

A outra linha de pesquisa debruça-se sobre a realidade dos países ditos desenvolvidos, onde os problemas de desigualdade existentes não põem em causa, regra geral, um nível de vida acima das necessidades básicas e está sobretudo preocupada com as condições de implementação de uma política de rendimentos e seu desenvolvimento para a consecussão dos objectivos de correção das disparidades colectivas, participação no progresso técnico e conciliação de uma expansão estável com uma nova concepção mais dinâmica de equidade e justiça social (COURTHÉOUX, 1974).

Tal política deve constituir uma síntese que englobe acções particulares ao nível da política económica estrutural e conjuntural (fiscal, orçamental, monetária) e exercer-se desde o estágio de formação dos rendimentos e não apenas sobre os rendimentos já formados. Só assim permitirá uma acção preventiva dos desequilíbrios e não apenas a sua correcção, superando a principal fraqueza da política conjuntural (MASSÉ, 1974).

Por outro lado, a política de rendimentos, tal como é definida por COURTHÉOUX (1974) pressupõe uma margem de negociação entre parceiros económicos e sociais e entre estes e os poderes públicos para a determinação da evolução desejável dos rendimentos, ou seja numa evolução compatível com um correcto equilíbrio das relações económicas e em particular com a estabilidade dos preços.

A elaboração de uma tal política requiere, como condição prévia, o conhecimento, tão profundo quanto possível, dos mecanismos de repartição do rendimento ao nível funcional da remuneração dos factores de produção. Esta linha de investigação viu abrirem-se-lhe novas e interessantes perspectivas graças ao reconhecimento da interdependência e complementaridade entre os dois tradicionais ramos da ciência económica, a macro e a micro-economia.

Constatada a dificuldade tanto da macro-economia como da micro-economia em dar resposta, entre outros, aos problemas da repartição do rendimento, os economistas foram levados a questionar ambos os ramos, procurando descobrir e explorar as virtualidades da complementaridade acima referida.

Reconhecendo embora a importância da macro-economia, ao permitir julgar uma situação integrada num sistema mais vasto e o seu valor ético enquanto meio de tradução - via definição dos objectivos da política económica - dos valores de uma sociedade, os economistas dos anos 70 puseram em causa a capacidade de descrever uma economia com base apenas num conjunto de equações que, relacionando variáveis macro-económicas como o rendimento, a despesa ou o investimento, ignoram os comportamentos dos agentes económicos que lhes estão subjacentes.

Por outro lado, tomando como regra a imperfeição dos mercados, a necessidade crescente de intervenção do Estado para a regulação da economia e o papel fortemente interventor da grande empresa, os responsáveis pela política económica preocuparam-se em conhecer as motivações dos agentes económicos nas suas acções sobre os mercados de produtos e factores. Assim se criaram condições para a reabilitação da micro-economia cuja contribuição positiva para a resolução de alguns problemas de política económica é hoje largamente reconhecida (HARTLEY & TISDELL, 1981 e FRIEDMAN, 1985).

A micro-economia, hoje tomada como referência, não é já a micro-economia assente em hipóteses de comportamento pré-determinadas em abstracto, mas uma micro-economia mais pragmática que procura a interpretação de estudos empíricos à luz dos conhecimentos sobre o comportamento efectivo de indivíduos ou grupos e se preocupa fundamentalmente com a tomada de decisão dos mesmos acerca de problemas que, pertencendo embora à esfera micro-económica, condicionam as variáveis macro-económicas da política económica e são condicionadas por elas.

Neste contexto, o desenvolvimento da investigação mostrou ser possível e profícua a exploração das inter-relações entre a política de rendimentos ao nível macro-económico e a política de "performance" das empresas ao nível micro-económico.

O estudo da evolução dos níveis de "performance" atingidos pelas diferentes empresas e a análise das vantagens daí retiradas pelas diversas partes interessadas passaram a constituir etapa indispensável na elaboração de uma verdadeira política de rendimentos.

É ainda de realçar, neste ponto, o papel incentivador do aparecimento da grande empresa para o desenvolvimento desta corrente de investigação.

A grande empresa, cujo alargamento é imposto como condição de sobrevivência face a uma intensificação da industrialização e concorrência, tem vindo a assumir um papel de intervenção na economia que a tornou elemento importante na discussão das grandes questões de política económica.

Dominando a inovação tecnológica e a informação e apresentando a característica de ser simultaneamente uma entidade económica e uma comunidade de pessoas, a empresa é hoje um importante centro de decisão de questões que dizem respeito à própria empresa e aos que com ela mantêm relações, mas interessam igualmente à colectividade pelo impacto que têm nas variáveis de política económica global.

A grande empresa tornou-se por esse motivo alvo privilegiado das acções através das quais os poderes públicos decidem orientar a economia no sentido da satisfação do que pensam ser as necessidades colectivas, função do bem-estar social.

Não é assim de estranhar que a sua actividade, os ganhos que realiza e a respectiva modalidade de repartição, ocupem lugar de destaque nos estudos sobre as inter-relações entre a produção e a repartição.

O presente trabalho insere-se nesta inovadora corrente de investigação, que se tem vindo a desenvolver desde inícios da década de 70, a partir dos trabalhos pioneiros de VINCENT(3) e de MASSÉ, BERNARD(1969) e assenta na construção e análise da conta de excedente.

O método da conta de excedente analisa o modo como a empresa organiza o seu processo produtivo com vista à criação de um excedente, tendo em conta as restrições tecnológicas, de mercado e institucionais, e controla o processo de repartição desse excedente pelos seus parceiros. Permite deste modo tornar mais claras as inter-relações entre as decisões produtivas decorrentes de uma análise micro-económica tendo como referência a empresa e as decisões de repartição assentes numa análise macro-económica, visando uma repartição mais equitativa dos ganhos de produtividade.

O modo como sintetiza informação bastante pormenorizada sobre o funcionamento da empresa, a possibilidade de por seu intermédio conhecer os parâmetros que limitam a implementação de determinado conjunto de políticas e assim escolher a estratégia que minimize a probabilidade de aparecimento de zonas de tensão, fazem deste método um instrumento útil à elaboração de uma estratégia de desenvolvimento económico e social (ROY, 1977).

Ao permitir ao poder político apresentar aos parceiros económicos e sociais as variantes possíveis da política considerada mais desejável em termos facilmente assimiláveis, o método fornece à política de rendimentos um quadro objectivo da realidade sobre a qual tem de actuar.

(3)- VINCENT, L-A., La mesure de la productivité, Paris 1969

3. O MÉTODO DA CONTA DE EXCEDENTE

3.1.- A PRODUTIVIDADE GLOBAL

Dois factores principais condicionam a actividade económica da empresa:

- a aceleração tecnológica, tornando hoje obsoleto o que ainda ontem era inovação;

- o desenvolvimento de uma sociedade de consumo, associada a um consumo massificado que justifica a produção em série.

Condicionada e condicionante de uma estratégia que visa estimular novas necessidades, a empresa inventa novos produtos que divulga rápida e extensivamente com o emprego de métodos e técnicas de informação cada dia mais sofisticados. Só o recurso à criatividade, permite à empresa vencer a concorrência agressiva que enfrenta, dominando a inovação tecnológica e procedendo a uma contínua apreciação e escolha entre as várias substituições potenciais ao nível do produto e dos factores. A constante renovação e melhoria de bens e serviços, procedimentos e métodos daí decorrente, resultam frequentemente em melhorias na produtividade dos factores.

São os acréscimos de produtividade que permitem gerar um excedente cuja repartição, se convenientemente orientada, pode conduzir a uma repartição de rendimento mais equitativa e a uma melhoria das condições de vida.

Ao desempenhar a sua função criativa, no sentido de LITTRÉ (in WOOT, 1970) "celui qui crée, celui qui produit", a empresa pode cumprir de modo interessante o papel de mediadora entre os objectivos globais da colectividade e a diversidade de objectivos concretos dos agentes económicos.

A melhoria da produtividade, efeito da criatividade económica da empresa, está assim no cerne dos problemas da repartição. Há agora que responder à seguinte questão: como medir aquela melhoria e as vantagens que proporciona aos agentes económicos que directa ou indirectamente concorrem para a actividade da empresa.

As produtividades parcial e total de factores são frequentemente utilizadas para medir aquela melhoria mas mostraram-se pouco adequadas ao tratamento dos problemas da repartição. A primeira porque tende a estimar incorrectamente as melhorias de produtividade ao ignorar o efeito de uma mais eficaz afectação do conjunto dos factores. A segunda pelas hipóteses restritivas e irrealistas em que assenta a sua determinação.

O conceito de produtividade global, medindo o efeito de uma maior eficiência na combinação do conjunto dos factores de produção independentemente do acréscimo de volume utilizado de um factor particular e partindo de uma constatação contabilística começou a ser privilegiado na análise da repartição do rendimento.

O seu cálculo baseia-se numa comparação entre o acréscimo de volume da produção e o conjunto das variações de volume dos factores utilizados, supondo os preços constantes.

Consoante esses factores forem considerados num sentido restrito ou num sentido lato, englobando para além dos factores de produção propriamente ditos os elementos financeiros (juros, lucros, impostos), assim se terá uma produtividade global restrita ou exaustiva.

Se a produtividade global restrita se adapta perfeitamente a estudos que ponham ênfase na produção, só a produtividade global exaustiva permite estudar de modo conveniente o fenómeno da repartição. Correspondendo os elementos financeiros a partes interessadas na repartição dos ganhos de produtividade, a sua consideração é para este efeito indispensável.

Ao definir produtividade global, fez-se menção de que esta representava uma comparação entre variações de volumes, dos produtos por um lado e dos factores por outro. Tal definição alerta para "une servitude d'ordre très générale qui domine tous les calculs de productivité" (VINCENT, 1969b), a necessidade de dissociar os valores globais da produção e dos factores em volumes e índices de preços.

De um ponto de vista puramente formal, a dissociação atrás mencionada pode efectuar-se por duas vias:

- definindo as variações de valor como relações entre dois índices de volume ou de preço (1);

(1)- considerando o ano t como base para a determinação de preços constantes e as quantidades do ano t+1 tem-se (VINCENT, 1971):

$$\text{índice em valor da produção} = \frac{\sum p_{t+1} \cdot p_{t+1}}{\sum p_t \cdot p_t} = \frac{\sum p_t \cdot p_{t+1}}{\sum p_t \cdot p_t} \times \frac{\sum p_{t+1} \cdot p_{t+1}}{\sum p_t \cdot p_{t+1}}$$

$$\text{índice em valor dos factores} = \frac{\sum f_{t+1} \cdot f_{t+1}}{\sum f_t \cdot f_t} = \frac{\sum f_t \cdot f_{t+1}}{\sum f_t \cdot f_t} \times \frac{\sum f_{t+1} \cdot f_{t+1}}{\sum f_t \cdot f_{t+1}}$$

- definindo as variações de valor em termos de uma diferença entre dois volumes e dois preços (2);

No primeiro caso, a cada rubrica da conta de demonstração de resultados corresponde um valor cuja dissociação dá lugar a um índice de volume (índice de Laspeyres) e um índice de preço (índice de Paashe).

No segundo, a dissociação do valor dá lugar a um volume e um preço.

Qualquer destas medidas de produtividade global, quando referidas à mesma unidade económica, se pode exprimir em função da outra (3). Apesar disso, a utilização de uma ou outra não é aleatória, dependendo do objectivo de cada estudo concreto.

(1)- continuação da nota da página anterior:

$$\text{índice de produtividade global (em volume)} = \frac{\sum p_t \cdot P_{t+1}}{\sum p \cdot P} : \frac{\sum f_t \cdot F_{t+1}}{\sum f \cdot F}$$

ou

$$\text{índice de produtividade global (em preços)} = \frac{\sum f_{t+1} \cdot F_{t+1}}{\sum f_t \cdot F_{t+1}} : \frac{\sum p_{t+1} \cdot P_{t+1}}{\sum p_t \cdot P_{t+1}}$$

(2)- considerando o ano t como base para a determinação de preços constantes e as quantidades do ano t+1, tem-se:

$$\text{produção} - \sum_j p_{t+1} \cdot P_{t+1} - \sum_i p_t \cdot P_t = [\sum_i p_t \cdot P_{t+1} - \sum_i p_t \cdot P_t] + [\sum_j p_{t+1} \cdot P_{t+1} - \sum_j p_t \cdot P_{t+1}]$$

$$\text{factores} - \sum_j f_{t+1} \cdot F_{t+1} - \sum_j f_t \cdot F_t = [\sum_j f_t \cdot F_{t+1} - \sum_j f_t \cdot F_t] + [\sum_j f_{t+1} \cdot F_{t+1} - \sum_j f_t \cdot F_{t+1}]$$

$$\text{excedente de produtividade global (em volume)} = \sum_i p_t \cdot P_{t+1} - \sum_j f_t \cdot F_{t+1}$$

ou

$$\text{excedente de produtividade global (em preços)} = [\sum_j f_{t+1} \cdot F_{t+1} - \sum_j f_t \cdot F_{t+1}] - [\sum_i p_{t+1} \cdot P_{t+1} - \sum_i p_t \cdot P_{t+1}]$$

$$(3)- \text{ Sendo o índice de produtividade global} - R = \frac{\sum p_t \cdot P_{t+1}}{\sum_j f_t \cdot F_{t+1}}$$

$$R - 1 = \frac{\sum_i p_t \cdot P_{t+1}}{\sum_j f_t \cdot F_{t+1}} - \frac{\sum_j f_t \cdot F_{t+1}}{\sum_j f_t \cdot F_{t+1}} = \frac{\sum_i p_t \cdot P_{t+1} - \sum_j f_t \cdot F_{t+1}}{\sum_j f_t \cdot F_{t+1}} = \frac{S_p}{\sum_j f_t \cdot F_{t+1}}$$

onde S_p - excedente de produtividade global

Se o objectivo fôr o de uma análise da evolução da produtividade ou das evoluções comparadas da produtividade global em diversas unidades económicas, o índice de produtividade global, medindo a produtividade global restrita, surge como o mais adequado por não ser necessária a consideração de elementos financeiros e por permitir obter resultados de utilização mais imediata e em relação aos quais as correções monetárias são mais fáceis de efectuar (VINCENT, 1971).

Para efeitos de estudo da repartição do rendimento, o excedente de produtividade global, medindo mais facilmente a produtividade global exaustiva e gozando da propriedade aditiva que permite a agregação de sectores ou unidades económicas, é sem dúvida preferível.

O método da conta de excedente utiliza esta última forma de cálculo da produtividade.

3.2 - DESCRIÇÃO GERAL DO MÉTODO

3.2.1 - Aspectos Gerais

O método da conta de excedente parte do conhecimento da conta de exploração geral ou de demonstração de resultados líquidos da empresa para o estudo do excedente de produtividade global e sua repartição, descrevendo ordenadamente os seguintes passos:

1º- constatação da igualdade contabilística traduzida pela conta de demonstração de resultados (4) para um ano dado.

$$\sum_i p_i P_i = \sum_j f_j F_j + B \quad (I)$$

onde: p_i - preço do bem produzido i
 P_i - quantidade produzida do bem i
 f_j - preço do factor utilizado j
 F_j - quantidade utilizada do factor j
 B - resultado líquido

2º- transformação da equação anterior numa equação às diferenças entre o período $t+1$ e o período t , traduzindo o objectivo de estudar o excedente de produtividade global e sua repartição entre esses períodos.

$$\sum_i (p_{t+1} P_{t+1} - p_t P_t) = \sum_j (f_{t+1} F_{t+1} - f_t F_t) + (B_{t+1} - B_t) \quad (II)$$

3º- decomposição de cada um dos desvios em valor num desvio preço e num desvio volume ou quantidade

$$\sum_i [(p_{t+1} - p_t) P_{t+1} + p_t (P_{t+1} - P_t)] = \sum_j [(f_{t+1} - f_t) F_{t+1} + f_t (F_{t+1} - F_t)] + (B_{t+1} - B_t) \quad (III)$$

4º- distinção entre criação e repartição de riqueza procurando realçar a interdependência entre as duas acções. Para esse efeito, interpretam-se as variações de volume como medida de criação de riqueza e as variações de preço como meio de repartir essa riqueza. Reagruparam-se pois no 1º membro as variações de volume e no 2º as variações de preços obtendo-se:

$$\sum_i (P_{t+1} - P_t) p_t - \sum_j (F_{t+1} - F_t) f_t = \sum_i (p_{t+1} - p_t) P_{t+1} + \sum_j (f_{t+1} - f_t) F_{t+1} + (B_{t+1} - B_t) \quad (IV)$$

(4)-Poder-se-iam utilizar as contas de exploração ou de ganhos e perdas, mas optou-se pela conta de demonstração de resultados por ser a única disponível na Portucel e de certo modo constituir uma síntese daquelas duas.

O 1º membro da igualdade (IV) mede o excedente de produtividade global e supondo-se a existência de n produtos e m factores, escreve-se:

$$Sp = \sum_{i=1}^n p_i \Delta P_i - \sum_{j=1}^m f_j \Delta F_j \quad (V)$$

onde: Sp - excedente de produtividade global

P_i - variação entre o ano $t+1$ e o ano t do volume do produto i

F_j - variação entre o ano $t+1$ e o ano t do volume do factor j utilizado

O 2º membro avalia as vantagens ou desvantagens dos agentes económicos parceiros (com quem a empresa mantém relações) e escreve-se:

$$\sum_{k=1}^l \alpha_k = \sum_{i=1}^n -\Delta p_i (P_i + \Delta P_i) + \sum_{j=1}^m \Delta f (F_j + \Delta F_j) + \Delta B \quad (VI)$$

com $l = n + m$ (n - número de clientes; m - número de fornecedores)

onde: α_k - vantagem ou desvantagem do parceiro k

p - variação entre os anos t e $t+1$ do preço do produto i

f - variação entre os anos t e $t+1$ do preço do factor j

Considera-se que determinado agente económico k se apropria de uma parte do excedente, isto é, goza de uma vantagem sempre que seja negativa a variação de preço de um produto i ou positiva a variação de preço de um factor j . Caso contrário, o agente económico contribui para a formação do excedente a repartir.

O método da conta de excedente permite assim distinguir o excedente gerado pela actividade produtiva da empresa e o excedente a repartir, soma do excedente gerado e das contribuições dos agentes económicos parceiros.

A igualdade entre o excedente repartido e a soma das vantagens e desvantagens dos parceiros da empresa a que se chegou por via analítica é traduzida contabilisticamente na conta de excedente, onde se inscrevem a débito os recursos disponíveis para a empresa no período em estudo - excedente de produtividade global positivo e desvantagens de parceiros - e a crédito as aplicações desses mesmos recursos no mesmo período - excedente de produtividade global negativo e vantagens de parceiros.

Essa igualdade não exprime uma relação causal segundo a qual o excedente seria primeiro determinado, sendo a sua repartição posteriormente decidida (ROY, 1977). O montante total do excedente é determinado ao mesmo tempo que a sua repartição.

Pelo modo como relaciona o excedente e a sua repartição, este método constitui charneira entre os factos da produção e os fenómenos da repartição. Como refere MARTORY(1976), ao analisar por um lado, o modo como a empresa utiliza a tecnologia de que dispõe para maximizar a diferença entre o valor criado e destruído no decurso do processo produtivo e explicar, por outro, como se efectua a repartição dessa diferença, o método fornece uma visão global da empresa como unidade de criação e distribuição de riqueza. Até agora, nenhum dos métodos criados pela teoria económica tinha fornecido síntese tão operacional e eficaz, permitindo otimizar os comportamentos produtivos e de repartição.

Inovador é também o modo como, medindo o excedente e sua repartição por comparação entre os valores de dois anos consecutivos, o problema da repartição é colocado num quadro de comparações temporais, permitindo situar as alterações na repartição do rendimento no seu contexto conjuntural e histórico. O excedente perde o carácter absoluto das medidas tradicionais da produtividade (produtividade marginal, parcial ou total) pois torna-se dependente das características particulares do ano escolhido como base, mas tal não constitui problema já que as estruturas económicas de um país ou sector não se modificam sensivelmente de um período para o seguinte, desde que o tempo que medeia entre ambos não seja demasiado longo.

Um outro aspecto deriva da sua natureza meramente contabilística, visando constatar a criação e repartição de um excedente e não formular quaisquer hipóteses acerca de possíveis relações de causalidade entre o funcionamento da empresa, a existência de melhorias na produtividade ou a evolução das condições de fixação de preços e remunerações.

Este carácter de "constat comtable" é deliberadamente assumido por VINCENT(1969b) e MASSÉ, BERNARD(1969) defendendo que, sendo os fenómenos de repartição extremamente sensíveis, se deve mais que em qualquer outro domínio distinguir relações causais e relações contabilísticas. As primeiras, devendo tomar em consideração numerosos elementos psicológicos, sociológicos, políticos e institucionais, serão dificilmente objecto de um consenso geral. As segundas, pelo contrário, correspondendo a uma constatação empírica, serão mais facilmente aceites pelas diversas partes interessadas.

Tal posição não significa, contudo, qualquer menosprezo pelo estudo das relações causais, muito pelo contrário, pretende-se exactamente dotar esse estudo de um quadro objectivo e claro da realidade a explicar, facilitando e dando maior consistência às análises dele decorrentes.

3.2.1 - Princípio de Dissociação dos Valores

A elaboração da conta de excedente exige a dissociação em volumes e preços das variações dos valores das rubricas dos documentos contabilísticos a reter. À partida, estes documentos fornecem-nos apenas os valores das rubricas para os dois anos em estudo:

$$\bar{U} = v \cdot V \quad \text{para o ano } t$$

$$\bar{U} + \Delta \bar{U} = (v + \Delta v)(V + \Delta V) \quad \text{para o ano } t+1$$

onde: \bar{U} - valor da rubrica

v - preço

V - quantidade

Δ - símbolo de variação entre os dois anos

O problema consiste em dissociar a variação de valor $\Delta \bar{U}$ numa variação em volume e numa variação em preço. Ora esta variação pode escrever-se:

$$\begin{aligned} \Delta \bar{U} &= (\bar{U} + \Delta \bar{U}) - \bar{U} = (v + \Delta v)(V + \Delta V) - vV \\ &= v \cdot \Delta V + \Delta v(V + \Delta V) \end{aligned}$$

Mas a variação de volume a preços constantes do ano t pode também escrever-se:

$$v \cdot \Delta V = v(V + \Delta V) - vV = \bar{U}'' - \bar{U}$$

e a variação de preços a quantidades constantes do ano $t+1$,

$$\Delta v(V + \Delta V) = (v + \Delta v)(V + \Delta V) - v(V + \Delta V) = (\bar{U} + \Delta \bar{U}) - \bar{U}''$$

e tem-se os termos necessários à elaboração da conta de excedente expressos em valor. Subsiste o problema de cálculo de \bar{U}'' , valorização das quantidades no ano $t+1$ a preços do ano t .

Problema resolúvel se conhecidas as quantidades e preços nos dois anos ou os índices de evolução de quantidades e preços de um para outro ano.(5)

(5)- C.E.R.C. document n°55/56 (1980),pág.142:

"... este termo \bar{U} " ... pode ser determinado de 3 maneiras:

- sempre que sejam conhecidas as quantidades e os preços para os dois anos

$$\bar{U} = v (V + \Delta V)$$

- sempre que se conheça um índice I_q representativo da evolução das quantidades

$$\bar{U} = v.V. \frac{V + \Delta V}{V} = \bar{U}.I_q$$

- sempre que se conheça um índice I_p representativo da evolução do preço

$$\bar{U} = \frac{v}{v + \Delta v} . (v + \Delta v)(V + \Delta V) = \frac{\bar{U} + \Delta \bar{U}}{I_p}$$

onde: v - preço de um produto ou factor no ano t
 V - quantidade de um produto ou factor no ano t
 Δv - variação do preço entre os anos t e $t+1$
 ΔV - variação de quantidade entre os anos t e $t+1$

3.3 - PRINCIPAIS PROBLEMAS A NÍVEL METODOLÓGICO

3.3.1 - A Inflação

Se bem que a determinação do excedente e sua repartição possa ser feita a preços correntes, não tomando em consideração a inflação, os resultados obtidos serão parcialmente incorrectos na medida em que traduzem a comparação entre dados expressos em unidades monetárias diferentes. Tal é tanto mais verdade quanto mais altos os níveis de inflação registados e mais permanente o seu carácter.

Os preços utilizados nas fórmulas até agora vistas, têm sido preços correntes. Cabe agora perguntar, em caso de evolução do nível geral de preços, de que modo seria afectado o excedente e as vantagens ditas nominais. O excedente, sendo calculado a partir de volumes, manter-se-ia inalterado. As vantagens, determinadas a partir de variações de preços seriam necessariamente alteradas. Mas em que medida?

Tome-se: i_t^{t+1} - índice de variação do nível geral de preços entre os anos t e $t+1$, tendo por base o ano t . Para o ano $t+1$, os preços corrigidos de um produto e factor passam a ser respectivamente:

$$p'_{t+1} = \frac{p_{t+1}}{1 + i_t^{t+1}} \quad \text{e} \quad f'_{t+1} = \frac{f_{t+1}}{1 + i_t^{t+1}}$$

pelo que a expressão que representa as vantagens corrigidas, substituindo p'_{t+1} e f'_{t+1} na expressão (VI), se escreve agora:

$$\sum_{k=1}^1 \alpha_k = \sum_{j=1}^m \left[\frac{f_{t+1}}{1 + i_t^{t+1}} - f_t \right] F_{t+1} - \sum_{i=1}^n \left[\frac{p_{t+1}}{1 + i_t^{t+1}} - p_t \right] P_{t+1} \quad (\text{VII})$$

e qualquer das parcelas de (VII) será diferente das respectivas parcelas de (VI), ao considerar-se preços corrigidos da inflação no ano $t+1$. Essa diferença será exactamente de:

$$\frac{p_{t+1}}{1 + i_t^{t+1}} - p_t \quad \text{e} \quad \frac{f_{t+1}}{1 + i_t^{t+1}} - f_t$$

Sendo as vantagens(desvantagens) de todos agentes económicos parceiros da empresa afectadas pela consideração da inflação, pode-se dizer que a erosão monetária tem um efeito redistributivo das vantagens a preços nominais cujo estudo é interessante.

Essa a razão por que se opta geralmente por deflacionar à priori os dados dos documentos contabilísticos a reter. O modo de corrigir esses dados dos efeitos da inflação não é contudo pacífico. Duas principais alternativas se têm colocado na última década (NEVES, 1983):

- deflação por um sistema de indexação baseado num índice de evolução do nível geral de preços, sendo o índice geral de variação de preços implícito no P.I.B. o mais correntemente utilizado.(6)

- deflação por aplicação de uma contabilidade a custos actuais com ajustamento de reintegrações, do custo de vendas e monetário.

O 1º método, mais objectivo e fácil de aplicar, apresenta o inconveniente de originar alterações nos dados contabilísticos nem sempre totalmente aderentes à realidade uma vez que a evolução dos preços dos diversos bens e factores não se processa temporalmente de forma idêntica e o índice utilizado mede apenas a degradação média do valor da moeda num período.

O 2º método permite obter dados mais coerentes com a realidade, pois tem em conta a evolução dos preços inerente a cada rubrica da conta de demonstração de resultados, mas está sujeito a um certo grau de subjectividade para além de ser de aplicação difícil e trabalhosa na medida em que implica a consideração dos bens consumidos pelo seu "value to the business", que seria para as existências o custo de substituição ou reposição e para o imobilizado o valor de substituição, e o ajustamento do custo de vendas.

O problema da consideração da inflação para detecção dos seus efeitos sobre o excedente e sua repartição foi aqui apenas abordado de um modo genérico e voltar-se-á a ele com frequência em pontos posteriores, já que constitui uma preocupação importante do método em todas as suas fases.

(6)- Também recomendado por VINCENT, L-A. e pelos trabalhos do C.E.R.C.

3.3.2 - A Dissociação dos Valores em Volumes e Preços

Os problemas mais importantes na dissociação dos valores em volumes e preços situam-se a um nível geral, abrangendo o conjunto das rubricas da conta de demonstração de resultados, e ao nível particular de rubricas com problemas específicos.

Ao nível geral, os principais problemas são:

- i) - o da escolha do nível de agregação a reter;
- ii) - o tratamento das variações de qualidade;
- iii) - o tratamento dos produtos novos.

i) Escolha do nível de agregação

O nível de agregação a reter deve ser tal que seja possível manter uma certa permanência de ano para ano e simultaneamente calcular índices de volumes e preços que deem um significado tão claro quanto possível às vantagens a partir deles determinadas.

Tal equilíbrio é tanto mais difícil de manter quanto há que ter em consideração não só a homogeneidade física de cada grupo mas igualmente a homogeneidade em termos de preços.

O valor do excedente não é indiferente ao grau de agregação considerado. Demonstra-se (C.E.R.C., 1969) que o excedente é subestimado sempre que o grau de desagregação de produtos e factores não seja suficientemente fino.

ii) Tratamento das variações de qualidade

Saber até que ponto a diferença de preços traduz uma efectiva variação de qualidade justificando ou não a inclusão de determinado factor ou produto em certo grupo, constitui um problema adicional cuja resolução passa pela verificação da existência de modificações técnicas reais e avaliação da repercussão dessas melhorias num ganho real de qualidade para o utilizador.

Com efeito, um volume de produção constante, se associado a melhorias de qualidade realmente sentidas pelos consumidores, esconde um efectivo aumento da produção. Do mesmo modo uma melhoria na qualidade dos factores utilizados pode mascarar uma efectiva diminuição do consumo. Ambos os factos concorrem para uma subestimação do excedente. Torna-se neste caso necessário determinar um coeficiente de correcção que, indicando o grau de melhoria do produto ou factor, permita uma melhor tradução da realidade.

Por outro lado, uma melhoria de qualidade, mantendo-se o preço constante, corresponde a uma baixa de preço não declarada, pelo que também aqui é necessário um coeficiente de correcção dos preços que impeça uma falseada repartição do excedente pelos parceiros. Este coeficiente deve ser o mesmo utilizado para a correcção do volume para que se mantenha o equilíbrio da conta de excedente.

A avaliação dessa melhoria é contudo difícil porque duplamente subjectiva na medida em que é subjectiva a apreciação do consumidor e a sua quantificação.

O estudo de variantes que tenham em conta as várias perspectivas possíveis pode diminuir os efeitos desta dupla subjectividade.

iii) Tratamento dos produtos novos

Procura-se aqui responder à questão de saber que preços atribuir no ano t aos produtos que não existiam nesse ano. O problema tem como soluções:

- Adoptar o respectivo preço de mercado se se trata de um bem já existente no mercado;

- Se o bem não existia, o problema é mais complexo, mas pode passar por considerar a não variação do preço do ano t para o ano $t+1$; considerar como preço do ano t o preço de bens concorrentes no mercado; considerar que o preço variou proporcionalmente à variação de preços de factores necessários à produção do bem em causa. Destas três soluções, a 2ª é mais frequentemente utilizada representando um meio termo entre a 1ª demasiado simplificada e a complexidade de aplicação da 3ª. Tal como no caso das variações de qualidade revela-se conveniente o estudo de variantes com vista a reter a que melhor aderir à realidade.

Ao nível particular, os problemas mais sentidos dizem respeito ao tratamento de:

- i) - rubricas relacionadas com a compra de certos bens e serviços;
- ii) - rubricas relativas à produção de bens destinados a aumentar o activo da empresa;
- iii) - custos salariais e conexos;
- iv) - custos inerentes à utilização pela empresa de serviços colectivos.
- v) - rubricas com carácter não físico

- i) Rubricas relacionadas com certas compras de bens e serviços

O tratamento de rubricas relacionadas com compras de bens e serviços para os quais não existem índices de volumes e ou preços definidos, por se tratar de rubricas contendo um conjunto demasiado díspar de elementos, constitui um problema sempre que estas assumem valores significativos. Caso contrário, o que é frequente, elas são na generalidade negligenciadas ou são-lhes atribuídos indicadores de volumes e preços aproximativos.

- ii) Rubricas relativas à produção de bens destinados a aumentar o activo da empresa

A produção de bens destinados a aumentar o activo da empresa corresponde a trocas entre a empresa e ela própria pelo que a sua estimação é convencional, no sentido em que não resulta de trocas com o exterior. É o caso das existências.

A dissociação dos valores das existências em volumes e preços coloca problemas tanto mais delicados quanto mais diferenciados são os produtos que os constituem e o estado de acabamento dos mesmos. No caso de produtos em vias de fabricação é corrente proceder-se à dissociação com base num índice de custo de factores utilizados. Há que julgar da correcção deste procedimento em cada caso concreto.

O tratamento das existências de factores e produtos acabados exige a dissociação em volumes e preços da variação entre os anos t e $t+1$ da variação anual de existências contabilizada na conta de demonstração de resultados líquidos.

Na generalidade, são três os processos de tratamento desta rubrica. Dissociação do consumo e ou da produção, da variação de existências ($St - St$) e da variação das existências iniciais e finais. Em qualquer dos casos é necessário ter em atenção que se a valorização das existências for efectuada a um preço diferente do contabilístico, o resultado líquido será alterado.

iii) Custos salariais e conexos

No tratamento dos custos salariais e conexos, o problema reside em decidir qual o indicador de volume do trabalho a reter (número de trabalhadores, número de horas disponíveis, remuneradas ou trabalhadas). Relativamente ao preço e grau de agregação, colocam-se problemas semelhantes aos referidos para os bens, nomeadamente no que respeita a variações de qualidade.

Por outro lado, se para medir o excedente é conveniente considerar um custo unitário que inclua os custos com a segurança social e de formação, para a determinação das vantagens é mais correcto distinguir a remuneração directa ao trabalhador dos custos conexos.

iv) Custos inerentes à utilização pela empresa de serviços colectivos

A dissociação dos custos inerentes à utilização pela empresa de serviços colectivos - os impostos - cuja afectação custo/serviço é problemática levanta também algumas dificuldades.

Se no que toca aos impostos directos, as taxas fiscais e respectivas rubricas são conhecidas e pode-se portanto - convencionando que os índices de preços relativos utilizados para calcular os volumes das rubricas são coincidentes com o índice do nível geral de preços - obter o volume do imposto aplicando a sua taxa do ano t à rubrica respectiva do ano $t+1$, o mesmo não acontece com certos impostos indirectos. Estes últimos devem ser considerados globalmente para efeitos de dissociação, adoptando-se como indicador de volume uma rubrica fictícia que poderá ser o valor acrescentado bruto nesse período.

v) Tratamento de rubricas com carácter não físico

Rubricas como as despesas ou receitas financeiras, amortizações ou o resultado líquido da conta de demonstração de resultados líquidos são de tratamento particularmente melindroso por que relativas a meios disponíveis para a empresa com características específicas: a sua utilização não corresponde a um desaparecimento físico de capital; não foram objecto de qualquer transacção com o exterior e estão particularmente sujeitas a variações de valor por erosão monetária, usura e obsolescência.

Tais características suscitam três tipos de problemas: o do indicador de volume a considerar para a dissociação dos seus valores em volumes e preços, o da definição dos parceiros a quem se destinam as vantagens e ou desvantagens e o de saber como tomar em devida consideração a erosão monetária, usura e obsolescência.

As receitas e despesas financeiras, sendo constituídas por um certo capital em moeda, com as características atrás mencionadas, são dissociadas, sobretudo em períodos de inflação forte e permanente, por um dos processos seguintes:

- O 1º escolhe, como indicador de volume, o endividamento nominal e como indicador de preço, a taxa de juro corrigida. É assim pouco coerente com o ter em conta da inflação, na medida em que, ao considerar o endividamento nominal nos anos t e $t+1$ está a comparar valores medidos em unidades monetárias diferentes. Devido à inflação, um escudo do ano t não vale o mesmo que um escudo do ano $t+1$;

- O 2º toma como indicador de volume, o endividamento a preços constantes e o mesmo indicador de preço que o 1º, sendo por isso mais coerente.

Contudo, uma plena coerência face à inflação exige que se examine também a depreciação do capital emprestado. Tal exame levanta alguns problemas delicados quer por alterar o resultado do exercício com consequências na determinação do excedente e vantagens quer porque deveria ser acompanhado por um cálculo de amortizações susceptíveis de reconstituir o capital a preços constantes.

No tratamento das receitas e despesas financeiras à semelhança do que acontece com outras rubricas, há que proceder a uma cuidadosa agregação, sendo geralmente utilizado para este efeito o critério de duração do empréstimo (curto ou médio e longo prazo).

As amortizações são determinadas no final de cada exercício contabilístico em função de considerações diversas que nem sempre têm a ver com o seu significado económico. É a razão pela qual os critérios que presidem à sua determinação são ainda hoje objecto de viva polémica.

A discussão centra-se geralmente na questão de saber como calcular as amortizações de modo a considerar a variação de preço dos equipamentos por erosão monetária e por modificação dos preços relativos em resultado do progresso tecnológico. A amortização a considerar seria uma amortização económica (7). No entanto, a dificuldade de estimação do capital fixo (MAIRESSE, 1971) obriga a que na maior parte dos casos se tenha de optar por calcular as amortizações com base nos critérios habitualmente retidos pelas empresas.

Em presença de inflação, a escolha do critério de cálculo das amortizações e dissociação dos seus valores em volumes e preços é feita, na maior parte dos estudos, entre o custo histórico, custo histórico indexado ou custo de substituição. Os três critérios diferem quanto ao preço de amortização considerado, condicionado pelo objectivo que se atribui às amortizações.

O indicador de volume é idêntico em qualquer dos critérios referidos, sendo constituído pelo valor das imobilizações brutas reavaliadas a preços constantes se o conjunto do equipamento tem durações de vida próximas. Caso contrário, dever-se-á proceder à agregação dos equipamentos por classes com duração de vida homogênea.

As dificuldades de tratamento da rubrica amortizações são pois várias: análise do sistema de amortizações seguido pela empresa; compatibilização deste com um dos critérios citados; interpretação dos desvios entre amortizações contabilísticas e económicas e da sua influência no cálculo do excedente e vantagens.

Para o resultado líquido (saldo da conta de demonstração de resultados líquidos) existem diversas modalidades de dissociação no âmbito do método da conta de excedentes.

Uma 1ª modalidade consiste em reagrupar o resultado com as despesas financeiras, ambos elementos de remuneração do capital, considerando como indicador de preço uma taxa de remuneração única e convencional, em vez das taxas efectivas de remuneração dos diversos elementos constitutivos desse capital.

(7) - ver possíveis definições de amortização económica em VINCENT, L.-A. (1969 b) ou em MARTORY, B. (1976).

Esta modalidade tem o interesse de trabalhar com uma taxa que pode ser mais representativa da raridade do capital à escala nacional que as taxas efectivamente pagas pela empresa. Apresenta, no entanto, o inconveniente de não permitir a distinção entre prestamistas e accionistas na repartição das vantagens.

Um 2º grupo de modalidades toma em consideração os custos efectivos, diferenciando-se pelo modo como têm em conta o resultado.

Neste 2º grupo, uma das modalidades mais frequentemente utilizadas e menos criticadas, é a que considera o resultado como um saldo a não dissociar. Foi a escolhida na apresentação geral do método e conduz a um excedente de produtividade global menos flutuante que nos casos seguintes.

Outra modalidade distingue no resultado a parte correspondente à remuneração dos capitais próprios, dissociada utilizando como indicador de volume o montante de capitais próprios avaliados a preços constantes, e uma parte que constituiria o resultado "puro" que não seria dissociada.

Uma terceira modalidade considera o resultado como remuneração de um factor de produção com volume e preço próprios. Esta variante é a mais criticada e conduz à determinação de um excedente que pode flutuar muito de um ano para outro em virtude de o preço utilizado como indicador poder variar significativamente de um exercício para o seguinte.

Por uma questão de facilidade de tratamento, recorre-se algumas vezes à associação e estudo conjunto de duas ou mais das rubricas referidas neste ponto. Neste domínio, a escolha depende das características da empresa a estudar e da importância dos elementos em causa. É aconselhável a elaboração de variantes assentes nas várias opções possíveis de modo a que a escolha final seja o mais possível aderente à realidade.

3.3.3 - A Escolha do Sistema de Preços

O sistema de preços a adoptar constitui outro domínio em que diversas são as hipóteses e complexa a escolha.

Os dois principais problemas relacionam-se com a opção entre o sistema de preços do ano t ou do ano $t+1$ e entre um sistema de preços reais ou normativos. Quando se pretende estudar um período longo, coloca-se ainda o problema da escolha de um ano base a que se reportarão os preços de todos os anos considerados.

Ao determinar o excedente de produtividade global é vulgar escolher-se, como sistema de preços de referência, o sistema de preços do ano t , dado ser aquele que mais facilmente se conhece.

Este procedimento geral tem sido criticado por não incluir o modo como a empresa se adaptou (por modificação da estrutura de factores utilizados e ou bens produzidos) a variações de preços entre os anos t e $t+1$.

Sendo esta crítica válida também para o caso em que se toma como sistema de preços de referência o sistema de preços do ano $t+1$, costuma por vezes considerar-se um sistema de preços formado pela média dos preços dos anos t e $t+1$. Tal hipótese reveste um carácter mais complexo, sobretudo no que respeita à interpretação das vantagens, pelo que se não recomenda a sua utilização (C.E.R.C., 1980).

O outro problema a resolver, sobretudo quando se pretende dar ênfase à interpretação económica do excedente e sua repartição, é o da opção entre trabalhar com um sistema de preços reais ou normativos.

Sabe-se existirem preços que não correspondem a custos económicos reais (os preços fixos ou intervencionados, os preços que resultam de situações de monopólio, etc...). Reveste por isso grande interesse o estudo da possibilidade de calcular o excedente utilizando um sistema de preços normativos que reflecta melhor a escassez e utilidade dos recursos disponíveis e bens produzidos para a colectividade.

A utilização de um sistema de preços normativos suscita, no entanto, dúvidas quer em relação à possibilidade de detecção das situações em que eles melhor retratam a realidade e da sua definição em função dessa realidade quer quanto à interpretação das vantagens assim determinadas.

Estas as razões pelas quais este tipo de sistema de preços é desaconselhado por VINCENT(1971) e MASSÉ, BERNARD(1969) e raramente utilizado, a não ser em questões pontuais como o tratamento das amortizações ou dos elementos financeiros.

Ao alargar o estudo da formação e repartição do excedente a um período superior a dois anos, surge mais uma vez o problema da escolha de um sistema de preços. Escolha esta a ser feita, na generalidade dos casos, entre duas alternativas:

- trabalhar separadamente cada par de anos $[t; t+1]$ tomando como sistema de preços o do ano t (os excedentes não são neste caso adicionáveis);

- considerar como anos base de ponderação das quantidades variáveis, o 1º dos anos de cada par, e um ano de origem único, escolhido por convenção, a partir do qual se mede a evolução do valor da moeda. A forma mais correcta de abordar este problema, segundo VINCENT(1971).

Neste último caso, a escolha do ano de origem não é tarefa fácil e deverá ter em conta as evoluções dos preços em cada ano do período a estudar e os factores explicativos dessa evolução.

3.3.4 - Determinação do Período a Estudar

A determinação do período a estudar depara com dois problemas principais: a escolha do período de referência e o modo como estudar a evolução do excedente e sua repartição numa sucessão de períodos.

O período de referência geralmente utilizado é o ano, de preferência o ano contabilístico sempre que este não coincida com o ano civil.

No entanto, a escolha de um período diferente deve ser definida sempre que:

- as características da produção e as variações sazonais sejam tais que a consideração do ano civil ou contabilístico corte o ciclo de produção;

- se verifiquem variações de preços ou volumes muito rápidas que não permitam medir uma evolução significativa da produtividade da empresa.

3.3.5 - Análise de uma sucessão de períodos

O estudo da evolução da criação e repartição do excedente numa sucessão de períodos suscita dois níveis de questões: o primeiro prende-se com a escolha de um sistema de preços e foi já referido, razão pela qual não será agora discutido; o segundo diz respeito ao modo como comparar os valores dos excedentes calculados e apreciar a sucessão dos mesmos.

A resposta mais corrente a esta última questão consiste em calcular uma taxa média de excedente do período, igual à média das taxas de excedente calculadas (C.E.R.C.,1980). O processo é idêntico para as vantagens de que beneficiaram os agentes económicos parceiros.

Uma outra solução, talvez mais correcta, consiste em calcular o excedente do ano n em relação ao ano 0 (C.E.R.C.,1980). Por este processo é dado um maior peso aos 1º anos, sob a lógica de que as melhorias de produtividade verificadas nos 1º anos influenciarão muito provavelmente a evolução dos anos posteriores.

Uma comparação das médias dos resultados obtidos para um certo período, com cada um destes processos, pode dar uma ideia da medida em que a evolução real do excedente e das vantagens é mais ou menos favorável que a resultante de uma distribuição do excedente regular ao longo do período.

3.4 - Críticas e Desenvolvimentos

Feita a descrição geral do método e sublinhadas as principais dificuldades na sua aplicação, referir-se-ão aqui algumas das críticas que lhe são apontadas quer em relação a pressupostos que assume, quer em relação à sua qualidade enquanto medida de ganhos de produtividade.

Comentar-se-á também a opinião segundo a qual o método estabelece relações de causalidade entre a produção e a repartição, bem como os problemas decorrentes da sua utilização para comparações internacionais.

Mencionar-se-ão por fim alguns desenvolvimentos mais recentes, procurando ultrapassar certas dificuldades na dissociação de rubricas da conta de demonstração de resultados e expandir a sua acção enquanto instrumento de suporte à elaboração de uma política de rendimentos.

3.4.1 - Críticas

Duas críticas têm sido feitas ao método da conta de excedente referindo pressupostos implícitamente por ele assumidos.

A primeira tem por alvo a assimilação dos preços utilizados para ponderação da variação de volume de bens e factores a indicadores de raridade, correspondendo ao custo marginal dos bens produzidos e à produtividade marginal dos factores.

Esta aproximação à teoria marginalista, tentada por COURBIS(1968) é, no entanto, rejeitada por VINCENT(1969a) que afirma ser o método da conta de excedente um sistema de contas a preços constantes, fundado em convenções que deformam a realidade (multiplicando os preços de um período pelas quantidades de outro) mas que nada tem a ver com o esquema teórico marginalista nem com as hipóteses deste que simplificam drasticamente a realidade.

Na realidade, os preços efectivamente praticados no mercado e utilizados no cálculo do excedente e das vantagens são, na maior parte dos casos, determinados em condições em que a lei de oferta e procura não joga o seu papel normal, afastando-se assim do custo ou produtividade marginal.

Preços fictícios ou normativos, que traduzam mais correctamente a escassez de bens ou factores para a colectividade, podem ser considerados no cálculo do excedente. Tal procedimento é vivamente desaconselhado por VINCENT(1969a) e pelo C.E.R.C.(8), pela arbitrariedade que introduz na determinação dos preços e por tornar necessário um termo de ajustamento, de difícil interpretação, para que se mantenha o equilíbrio da conta.

A segunda crítica é a de que o pressuposto implícito de complementaridade dos factores de produção é restritivo e pode levar a interpretações incorrectas da realidade. A não consideração de substitutuabilidade dos factores faz com que, devido ao peso desigual destes, os fenómenos de substituição se traduzam em variações aparentes de produtividade.

Não incluindo na "performance" da empresa a sua capacidade de adaptação às variações do sistema de preços via substituição de factores, o excedente de produtividade global não mede senão a evolução de uma parte daquela "performance", aquela que consiste em utilizar menos factores para produzir mais. Se a raridade dos factores evolui rapidamente, a eficácia na gestão da empresa deve medir-se também pela sua capacidade em substituir os factores tradicionais por factores menos caros. Do mesmo modo, face a uma variação do preço dos produtos, a estratégia correcta pode consistir mais numa reconversão do processo produtivo para a produção de bens mais caros que num aumento de produção.

Assim sendo, o excedente apenas constitui uma boa aproximação aos ganhos de produtividade para pequenas variações dos preços relativos de bens e factores. Em conjunturas normais, a variação dos preços relativos no curto e médio prazo é geralmente fraca e regular, pelo que certos autores (9) defendem a complementaridade como hipótese válida. Para BABEAU(1964), a substituição de factores só terá importância no longo prazo.

Outro domínio em que as críticas são frequentes é o da qualidade do excedente enquanto medida dos ganhos de produtividade. As principais deficiências apontadas a este nível derivam do princípio de dissociação dos valores em volumes e preços que lhe está subjacente e de algumas das suas características.

O modo como o excedente é determinado a partir da dissociação dos valores conduz, em casos particulares, a conclusões erradas acerca da existência de ganhos de produtividade em determinado período.

(8)- nomeadamente nos seus documentos nº1 e nº 55/56

(9)- entre outros, VINCENT em vários dos seus artigos e BABEAU(1964)

Sempre que se verifique uma homotetia entre quantidades produzidas e consumidas, isto é, sempre que as quantidades produzidas e consumidas tenham, de um ano para o outro, sido multiplicadas pelo mesmo escalar diferente de zero, o excedente de produtividade será positivo ($\lambda > 1$) ou negativo ($\lambda < 1$) mesmo que não se tenha registado qualquer variação de produtividade, desde que não se verifique qualquer variação nos preços (10).

Mas pode acontecer também um excedente de produtividade negativo mesmo que se tenham registado ganhos de produtividade. Isto é frequentemente verdade em empresas trabalhando a um preço de custo mínimo, face a uma adaptação a uma variação do preço dos factores (11).

(10)- Partindo da igualdade contabilística da conta de demonstração de resultados no final do exercício:

$$\sum_i p_i \cdot P_i = \sum_j f_j \cdot F_j + B$$

e isolando B no 2º membro tem-se:

$$\sum_i p_i \cdot P_i - \sum_j f_j \cdot F_j = B$$

supondo agora que quantidades de produtos e factores foram do ano t para o ano t+1 multiplicadas por um escalar, mantendo-se os preços constantes, ter-se-á:

$$P + \Delta P = \lambda P \quad (\Rightarrow) \quad \Delta P = (\lambda - 1)P \quad (I)$$

e

$$F + \Delta F = \lambda F \quad (\Rightarrow) \quad \Delta F = (\lambda - 1)F \quad (II)$$

substituindo-se (I) e (II) na expressão do excedente:

$$Sp = \sum_i p_i \cdot \Delta P_i - \sum_j f_j \cdot \Delta F_j$$

vem:

$$Sp = \sum_i p_i \cdot (\lambda - 1)P_i - \sum_j f_j \cdot (\lambda - 1)F_j \quad (III)$$

pois p e f são nulos dado não ter havido alteração de preços. Então, a expressão (III) pode ainda escrever-se:

$$Sp = (\lambda - 1) \left(\sum_i p_i \cdot P_i - \sum_j f_j \cdot F_j \right) = (\lambda - 1)B$$

Esta expressão é positiva ou negativa consoante seja $\lambda > 1$ ou $\lambda < 1$ mantendo-se a produtividade constante como mostra o índice de produtividade global:

$$\text{índice de produtividade global} = \frac{\sum_i p_i \cdot \lambda P_i}{\sum_i p_i \cdot P_i} \times \frac{\sum_j f_j \cdot F_j}{\sum_j f_j \cdot \lambda F_j} = 1$$

(11)- É condição necessária e suficiente para que o excedente seja negativo que:

$$\sum_i p_i \cdot \Delta P_i < \sum_j f_j \cdot \Delta F_j$$

continua na página seguinte

Duas outras críticas dirigem-se ao carácter diferencial e anual do método .

Relativamente ao primeiro, ao determinar o excedente a partir das variações em volume dos bens produzidos e factores consumidos entre dois anos, o método da conta de excedente está a fazer depender a apreciação sobre o excedente encontrado do nível de produtividade da situação de partida. Quanto mais baixo esse nível, mais fácil será apresentar um acréscimo significativo do excedente. O contrário também é verdadeiro (HOUERY, 1977 in CASTA, 1980).

Além disso, como salienta CASTA(1980), essa mesma característica faz com que, no curto prazo, os excedentes reajam com grande instabilidade às variações do meio ou das decisões, variações do meio que se traduzem em variações de preços e variações de decisões que se repercutem sobre os volumes.

A segunda crítica tem sentido quando referida à aplicação do método a períodos longos. Assente na comparação das variações de volumes e preços entre dois anos consecutivos, o método tem dificuldade em apreender e traduzir uma evolução de longo prazo. Demonstra-se (CHALUS in CASTA, 1980) que as despesas efectuadas em anos intermédios não afectam o valor do excedente para o conjunto do período, podendo esconder os desperdícios desses anos.

Tentando resolver esta deficiência, o C.E.R.C.(1980) propõe um procedimento de cálculo em cadeia e recomenda a actualização dos excedentes com base fixa.

A escolha do deflacionador para a determinação das vantagens em termos reais é outro dos problemas apresentados.

Sendo as vantagens calculadas para cada agente económico com quem a empresa mantém relações, o deflacionador a utilizar deveria ser específico para cada um deles. A sensibilidade de cada parceiro da empresa aos efeitos da inflação deve variar consoante a evolução particular dos preços do seu próprio meio e a sua capacidade para lhe fazer face. Evidentemente que ao referir o meio está-se a referir não só ao meio geográfico mas igualmente ao meio económico - ramo e sector a que cada parceiro pertence.

- continuação da nota (11) da página anterior:

condição que não é incompatível com a condição necessária e suficiente de existência de um índice de produtividade global $R > 1$:

$$\frac{\sum_i p_i \cdot \Delta P_i}{\sum_i p_i \cdot P_i} > \frac{\sum_j f_j \cdot \Delta F_j}{\sum_j f_j \cdot F_j}$$

Dada a dificuldade de um estudo que permita determinar a taxa de inflação sofrida por cada agente económico, opta-se, na generalidade dos casos, por um índice global do tipo do índice de variação dos preços implícito no P.I.B. que traduz a degradação média do valor da moeda. Como é natural, as vantagens reais a partir dele calculadas corresponderão apenas a um valor aproximado das vantagens de que cada agente económico realmente beneficiou. Algumas opiniões mais pessimistas afirmam mesmo como HOUERY(in CASTA, 1980) que "é impossível a empresa definir com uma certa precisão a repartição dos suplementos de recursos em termos reais que ela fez herdar ou deserdar aos seus parceiros".

A dificuldade e as imperfeições na determinação de índices de preços, que é afinal o núcleo desta discussão, não é algo específico deste método mas inerente a todo o cálculo económico.

Muito contestado é também o tratamento dos elementos financeiros como factores de produção, obrigando à dissociação da variação dos correspondentes valores.

Várias razões fundamentam esta questão a nível metodológico e ao nível da aplicação prática.

A nível metodológico são de realçar:

- o carácter anómalo do acto de adicionar volumes de factores cujo consumo corresponde a um desaparecimento físico e volumes de factores cujo consumo não corresponde a um desaparecimento real de capital;

- a heterogeneidade inserida no método pelo facto de se considerarem taxas médias de mercado para uns factores e preços efectivamente pagos para outros.

- a falta de lógica inerente ao facto de adicionar volumes de factores consumidos e de factores criados. Referindo-se ao caso particular do resultado líquido, MAITRE(1976) afirma que o volume do benefício não mede a quantidade consumida de capitais próprios mas antes a quantidade criada dos mesmos.

Ao nível da aplicação prática, foi já vista a dificuldade em encontrar uma medida satisfatória de volume para elementos para os quais o conceito de quantidade física não tem qualquer sentido.

O método é ainda passível de uma crítica relativa à não consideração explícita de economias ou deseconomias externas já que, citando COTTA(in C.E.R.C.,1969), "o significado do excedente não deve ser o mesmo nos casos em que esse excedente tem por origem economias internas ou externas ou deseconomias".

Um outro problema frequentemente abordado em discussões sobre o método relaciona-se com a possibilidade ou não de estabelecer relações causais com base na análise dos seus resultados.

A resposta positiva a esta questão enfrenta fortes críticas. Criação e repartição são processos que obedecem a leis diferentes e não têm lugar em momentos sucessivos. Por outro lado, a evolução dos preços e remunerações de bens e factores não é condicionada pelos ganhos de produtividade da empresa e os comportamentos dos agentes económicos que sobre ela influem estão fora do alcance das acções da empresa. O estabelecimento de relações causais entre produção e repartição necessariamente relacionada com aquela evolução sai pois do âmbito do método da conta de excedente que, como já foi dito, se limita a ser "un constat comptable". VINCENT(12) e MASSÉ (1969) chamam a atenção para esta característica do método em termos particularmente vivos e consideram-na positivamente.

Por último e a título de curiosidade, referem-se as dificuldades de utilização do método para comparações internacionais. A existência de estruturas de preços diferentes de país para país, podendo levar a uma inversão das relações de produtividade entre países, inviabiliza tal utilização. Esta questão coloca-se igualmente, embora em menor escala, para comparações entre empresas de diferentes regiões.

(12)- em vários dos seus artigos, nomeadamente VINCENT, 1965 e VINCENT, 1969b

3.4.2 - Desenvolvimentos

A difícil dissociação em volume e em preço dos valores das rubricas referentes aos elementos financeiros, amortizações ou variação de existências, estiveram na origem dos mais interessantes desenvolvimentos do método da conta de excedente, em anos recentes.

A dissociação dessas rubricas tornar-se-ia desnecessária se o método apenas tivesse em conta as trocas efectivamente realizadas entre a empresa e os seus parceiros. A construção da conta de excedente de trocas visa tornar esta hipótese viável.

O conceito de excedente de trocas não constitui um mero alargamento do conceito de excedente de produtividade mas uma concepção nova, assente no princípio de dissociação dos valores agora aplicado a um domínio novo - o das trocas efectivas (C.E.R.C., 1980).

Dissociando apenas os movimentos efectivos de bens e serviços, esta conta aproxima-se da óptica da contabilidade de fluxos, muito utilizada a nível macro por constituir o fundamento da contabilidade nacional, mas quase inexistente nas empresas que continuam a privilegiar uma óptica patrimonial.

Assim, o excedente de trocas pode escrever-se:

$$S_t = \sum_i v_i \Delta V_i - \sum_j f_j \Delta F_j$$

com $F = \{ E, C, D.P., IMP., D.F. \}$

onde:

- S_t - excedente de trocas
- E - compra de bens de equipamento
- C - compra de outros factores de produção
- $D.P.$ - despesas com pessoal
- $IMP.$ - impostos
- $D.F.$ - despesas financeiras
- V - vendas de produtos

O excedente de trocas mede a variação entre os anos t e $t+1$ da contribuição líquida em bens e serviços da empresa para o resto da economia. As vantagens são calculadas tal como no método da conta de excedente de produtividade, mas apenas para as trocas efectivas.

Tal como no método da conta de excedente de produtividade também aqui se verifica a igualdade contabilística entre o excedente de trocas e as vantagens.

$$\sum_j v \Delta V + \sum_j f \Delta F = \sum_j - \Delta v (V + \Delta V) + \sum_j \Delta f (F + \Delta F) + \Delta \bar{R}$$

$$= \sum_k \alpha_k + \Delta \bar{R}$$

$$\text{com } \Delta \bar{R} = \Delta (\Delta \text{TES} + \Delta \text{CRE} - \Delta \text{DEB}) = - \Delta \bar{\text{FIN}}$$

onde:

$\sum \alpha_k$ - somatório das vantagens distribuídas
 ΔTES - variações de tesouraria
 ΔCRE - variações de créditos
 ΔDEB - variações de débitos
 $\Delta \bar{\text{FIN}}$ - variações de financiamento externo à empresa

Dado o interesse das análises feitas com base quer na conta de excedente de produtividade quer na conta de excedente de trocas, contruiu-se ainda outra conta retendo as características mais interessantes e anulando as deficiências e ambiguidades de ambas - a conta global de excedente.

Esta conta é obtida a partir da análise da diferença entre o excedente de produtividade e o excedente de trocas. Tem-se:

$$Y = S_p - S_t = S_p - \sum_k \alpha_k + \Delta \bar{\text{FIN}}$$

e passando para o 2º membro a parcela negativa das vantagens tem-se:

$$S_p + \Delta \bar{\text{FIN}} = \sum_k \alpha_k + Y$$

Esta expressão representa a conta global de excedente.

A completa compreensão do significado desta conta exige uma explicação adicional sobre Y. O seu significado é facilmente entendido a partir das expressões:

- do excedente de produtividade

$$S_p = \Delta (V + Ex + AEq - C - D.P. - IMP - AM - D.F.) \quad (I)$$

onde:

Ex - existências
 AEq - auto-equipamento
 AM - amortizações

- do excedente de trocas:

$$S_t = \Delta (V - E - C - D.P. - IMP - D.F.) \quad (II)$$

Sendo Y a diferença entre o excedente de produtividade e o excedente de trocas, obtem-se subtraindo ordenadamente (II) de (I):

$$Y = \Delta (E + Ex + AEq - AM) \quad (III)$$

Y representa o volume do acréscimo anual líquido do património físico da empresa.

Esta conta reflecte assim de modo exaustivo o funcionamento de uma empresa, realçando as inter-relações entre as duas principais funções da empresa: a produção de bens e acréscimo do património físico e a repartição do rendimento.

Uma proposta menos avançada limita-se a evitar a dissociação dos elementos financeiros e foi apresentada por MAITRE(1976).

O seu modelo caracteriza-se pela não dissociação dos elementos financeiros e pela utilização de índices de produtividade tecnológica. Pretende-se com estes índices medir os ganhos derivados exclusivamente de acréscimos na produtividade tecnológica.

De acordo com este modelo, a conta de excedente escrever-se-á:

$$Sp = \sum_i (p_{t+1} - p_t) P_{t+1} + \sum_j (f_{t+1} - f_t) F_{t+1} + (Q_{t+1} - Q_t) + (B_{t+1} - B_t)$$

onde:

F - factores cujo consumo corresponde a um desaparecimento físico real

Q - elementos financeiros

Nos períodos t e t+1, os índices de produtividade tecnológica a preços constantes serão respectivamente:

$$\pi_t = \frac{\sum_i p_t P_t}{\sum_j f_t F_t} \quad e \quad \pi_{t+1} = \frac{\sum_i p_{t+1} P_{t+1}}{\sum_j f_{t+1} F_{t+1}}$$

e regra geral $\pi_t \neq \pi_{t+1}$, pois a produtividade em t+1 é geralmente diferente da produtividade em t.

Se a produtividade se tivesse mantido constante de t para $t+1$ isso significaria que teria sido consumida não uma quantidade F mas uma quantidade F' de factores para a mesma quantidade de produtos, pelo que o excedente de produtividade se escreveria:

$$Sp = \underbrace{\sum p_t (P_{t+1} - P_t)}_A - \underbrace{\sum f_t (F'_{t+1} - F_t)}_B + \underbrace{\sum f_t (F'_{t+1} - F_{t+1})}_B.$$

Ter-se-ia deste modo o excedente de produtividade repartido da seguinte forma:

- um excedente que supõe a produtividade constante, isto é, que resulta unicamente de um acréscimo de actividade da empresa - excedente de expansão (A);

- um excedente resultante apenas de acréscimos da produtividade tecnológica efectivamente registados (B).

A um outro nível, os desenvolvimentos procuraram utilizar o método para testar a coerência de um conjunto de objectivos e estratégias de política económica a médio prazo.

No seguimento de análises retrospectivas do crescimento da produtividade global e da partilha dos ganhos ao nível das empresas, uma corrente de investigação, desenvolvida no seio do INSEE, tem-se preocupado com a elaboração de contas de excedente prospectivas.

Por esta via pretende-se precisar os efeitos de modificações do sistema de hipóteses das projecções do plano. Para este efeito estabeleceram-se hipóteses gerais de comportamento das famílias (consumo e salários) e das empresas e sobre a evolução dos preços e construiu-se um modelo de simulação que fornece quadros de eventualidades mais prováveis.

Com base nos dados fornecidos por estes quadros constroem-se contas de excedente prospectivas com vista a testar a coerência da projecção através da compatibilidade das hipóteses associadas a cada quadro estrutural com as modalidades de repartição do excedente obtidas da conta de excedente respectiva.

A implementação deste tipo de estudos levou ao desenvolvimento da investigação das inter-relações entre o método da conta de excedente e a teoria de jogos com o objectivo de assegurar um maior rigor nos resultados obtidos.

MASSÉ e BERNARD (1969) apresentavam já a conta de excedente como o resultado de um jogo de soma positiva, isto é, de um jogo em que todos os participantes podem ganhar porque o volume dos produtos aumenta mais rapidamente que o dos factores. Os jogadores são por um lado, todos os que fornecem bens e serviços à empresa e por outro todos aqueles a quem a empresa fornece bens e serviços, além da própria empresa. O jogo representa uma situação mista de cooperação e conflito entre a empresa (visando maximizar o seu excedente) e os seus parceiros (procurando maximizar a sua parte na repartição daquele excedente). As restrições do problema devem traduzir não só as restrições económicas mas igualmente as que derivam do quadro institucional(13).

Uma outra linha de investigação, também promovida pelo INSEE, tem-se orientado para o estudo das transferências de rendimentos entre ramos e ou sectores da economia(14) e pretende estimar a variação do excedente líquido distribuído ou recebido por determinado ramo.

Estes trabalhos permitem, pelo conhecimento dos sectores contribuidores ou devedores líquidos, delinear a estratégia mais adequada à correcção de determinada situação, analisando os efeitos de conjuntos de medidas corretoras nas transferências de rendimentos entre ramos.

(13)- ver ainda sobre este assunto MELKA, 1973

(14)- sobre este tema são interessantes os trabalhos de TEMPLÉ, 1971, TEMPLÉ, 1972 e FLUET e LEFEVBRE, 1983.

3.5 - Comparação com outros métodos

Outros métodos existem e têm sido utilizados pela teoria económica para medir melhorias de produtividade ou o excedente gerado numa economia. Abordar-se-ão de seguida dois, mais frequentemente utilizados: o método do excedente micro-económico (WALISSER, 1977 e COURBIS, 1968); o método dos índices de produtividade total (ISHAQ, 1970 e KLEIMAN, 1966).

3.5.1 - O método do excedente micro-económico

O excedente micro-económico (de LESOURNE ou de DUPUIT) tem em comum com o excedente de produtividade global o facto de medir as variações de quantidades agregadas de bens a preços constantes, entre dois estados da economia. Eles têm ainda em comum a interpretação do excedente como algo que contribui para a melhoria do bem estar geral, isto é, ambos se integram numa perspectiva normativa.

O método tem por base os princípios gerais da teoria neo-clássica de repartição do rendimento, nomeadamente o de concorrência perfeita. Supõe-se ainda que os agentes económicos têm um comportamento que visa maximizar a função de utilidade ($U_h(q_i^h)$ do consumidor h) ou o lucro ($\sum p_i q_i^k$ para o produtor k) sujeitas à restrição de rendimento do consumidor ($\sum p_i q_i^h < r_h$) e à função do produtor ($f_k(q_i^k) < 0$).

Neste caso, o cálculo do excedente tem igualmente por hipóteses:

- a existência de um conjunto de curvas de procura fundadas na noção de indiferença - $p(Q)$, $Q(p)$;
- a aditividade das satisfações dos indivíduos;
- a possibilidade de comparar essas satisfações no tempo quer para um mesmo indivíduo quer para indivíduos diferentes;
- a existência de um conjunto de curvas de oferta tendo por base um conjunto de produção convexo - $c(Q)$, $Q(p)$.

Admitindo a existência de uma função de utilidade colectiva $W[U(q)]$ o excedente pode ser determinado:

i) - em termos de quantidades a preços constantes

$$\text{excedente de Lesourne} = \sum_h \frac{\partial W}{\partial U} dU_h = \sum_i p_i dQ_i$$

ou ainda, distinguindo bens consumidos e produzidos e supondo a variação contínua,

$$\begin{aligned}\text{excedente de Lesourne} &= \int_0^Q [p_d(Q) - c(Q)] dQ \\ &= \underbrace{\int_0^Q p_d(Q) dQ}_{\text{exc.consum.}} - \underbrace{\int_0^Q c(Q) dQ}_{\text{exc.produt.}}\end{aligned}$$

- em termos de preços a quantidades constantes

$$\text{excedente de Dupuit} = dW = dR - \sum_i Q_i dp_i$$

$$\text{onde: } Q_i = \sum_h q_i^h \quad \text{e} \quad R = \sum_h r_h$$

ou ainda:

$$\text{excedente de Dupuit} = \underbrace{\int_0^p Q_{qf}(p) dp}_{\text{exc.produt.}} + \underbrace{\int_p^{+\infty} Q_d(p) dp}_{\text{exc.consumidor}}$$

Recorrendo à programação linear, pode dizer-se que no óptimo os dois excedentes são duais um do outro (o primeiro é máximo e o segundo mínimo). Em equilíbrio, o excedente de Dupuit dos consumidores (igual ao excedente de Dupuit da colectividade visto que por hipótese o lucro líquido é nulo - preço de oferta = custo marginal) é igual ao excedente de Lesourne da colectividade.

O excedente micro-económico, enquanto método de estudo da repartição de rendimento, apresenta em relação ao método da conta de excedente alguns aspectos negativos:

- o irrealismo das hipóteses em que assenta - concorrência perfeita, aditividade e comparabilidade de satisfações entre outras;

- o seu carácter demasiado teórico ao pretender comparar estados virtuais alternativos da economia ;

- o facto de se basear em raciocínios à priori sobre condições económicas ideais.

Outra diferença importante entre estes dois métodos prende-se com o facto do excedente micro-económico integrar mecanismos de explicação da formação dos preços enquanto o método da conta de excedente se limita a constatar uma realidade abstendo-se de formular quaisquer hipóteses explicativas. Se esta é ou não uma vantagem deste último método é uma questão controversa. Autores como VINCENT e MASSÉ ou WALISSER, MARTORY e ROY, para citar alguns, parecem inclinar-se para uma resposta positiva.

3.5.2 - Método dos índices de produtividade total

A consciência de que a produtividade parcial dos factores, associando a produção a um só factor, conduz a uma estimação incorrecta da "performance" da empresa por ignorar a parte do acréscimo de produção devida a uma afectação mais eficaz do conjunto dos recursos disponíveis, levou ao desenvolvimento do conceito de produtividade total - conceito base do método que neste ponto se trata.

Os índices de produtividade total mais conhecidos, a medida aritmética de KENDRICK e o índice geométrico de SOLOW, são determinados com base em funções de produção agregada que obedecem aos requisitos da teoria marginalista, nomeadamente os de elasticidade de substituição constante e progresso tecnológico neutro.

A medida aritmética de KENDRICK avalia a variação da produtividade total de factores (dA/A) partindo de uma função de produção homogénea verificando a condição de Euler:

$$\frac{dA}{A} = \frac{Q_1 / Q_0}{(wL_1 + rK_1)/(wL_0 + rK_0)} - 1$$

onde: w e r - taxas de salário e de rentabilidade de capital
 Q, L e K - níveis agregados de produção, trabalho e capital
 1 e 0 - índices que se referem respectivamente ao período corrente e ao período base

O índice geométrico de SOLOW tem por base uma função de produção de Cobb-Douglas com rendimentos constantes à escala e escreve-se:

$$\frac{dA}{A} = \frac{d_t Q}{Q} - \left[\alpha \frac{d_t L}{L} + \beta \frac{d_t K}{K} \right] \quad \alpha + \beta = 1$$

onde: α e β - proporções de distribuição da produção entre trabalho e capital
 $d_t Q, d_t L$ e $d_t K$ - derivadas em ordem ao tempo da produção, trabalho e capital

Estes índices representam um avanço importante na determinação dos ganhos de produtividade pois medem a contribuição da produtividade para o crescimento económico como resíduo entre o acréscimo de produção observado num dado período e o acréscimo de produção devido exclusivamente a um aumento da quantidade empregue de factores.

Permitem ainda estudar o modo como esse resíduo é repartido pelas várias utilizações possíveis: redução da duração do trabalho, acréscimo de consumo, acréscimo de investimento, etc..., constituindo deste modo uma aproximação à análise da repartição dos ganhos de produtividade.

O avanço significativo do estudo da repartição, no quadro de teoria marginalista, permitido por estes índices não deve fazer esquecer as hipóteses restritivas que lhes estão subjacentes ou os problemas com a sua aplicação prática.

A grandeza do resíduo medido por estes índices e a sua estabilidade no tempo dependem por exemplo:

- da forma da função de produção e precisão com que ela foi especificada e estimada;

- do rigor da medição do trabalho, do capital e suas variações de qualidade;

- da importância que outras variáveis para além do trabalho e capital têm na explicação desse resíduo.

São ainda problema na estimação da produtividade total:

- a hipótese associada às condições de produtividade marginal se referir à relação "best practice" entre proporções de factores e preço dos mesmos e os dados utilizados na estimação dizerem respeito à "average practice";

- a frequência com que acontece o número de dados disponíveis não consentirem graus de liberdade suficientes para identificar os efeitos isolados dos parâmetros da função de produção.

Em resumo, pode dizer-se que nenhum dos métodos vistos permite como o método da conta de excedente expressar de modo claro e objectivo os comportamentos produtivo e de repartição.

Raramente se verificando, na realidade, a repartição do rendimento pela remuneração de factores à sua produtividade marginal, não é de admirar que estes métodos, tendo por base a teoria marginalista se tenham mostrado pouco adequados ao esclarecimento dos comportamentos acima sublinhados.

4. APLICAÇÃO A UMA EMPRESA PÚBLICA

4.1 - INTRODUÇÃO

Este ponto visa expôr a aplicação do método da conta de excedente a uma empresa concreta, a PORTUCEL - Empresa de Celulose e Papel de Portugal.E.P..

A escolha desta empresa teve subjacente critérios de facilidade de aplicação do método e de facilidade de acesso aos dados necessários à sua implementação.

Assim, e em relação ao primeiro aspecto, a PORTUCEL é uma empresa industrial - tipo de empresas onde mais fácil se revela a aplicação do método, já que o estudo de empresas comerciais e financeiras apresenta problemas delicados relacionados com a falta de nitidez da fronteira entre produtos e factores. Além disso, a PORTUCEL é ainda uma empresa que produz um leque relativamente restrito de produtos, sem variações sensíveis de qualidade de um ano para o outro e onde o aparecimento ou desaparecimento de produtos não é frequente. Evitam-se assim todos os problemas já referidos com o tratamento de situações daquele tipo.

Por outro lado, era conveniente que a empresa a estudar fosse uma unidade económica na qual fossem efectivamente tomadas as decisões respeitantes à definição da sua estratégia, de modo a que fosse possível avançar na análise das relações estratégia - repartição. Mais uma vez a PORTUCEL satisfaz este requisito.

Sendo a PORTUCEL uma empresa pública os contactos iniciais e o acesso aos dados tornaram-se muito mais simples, assim como mais simples foi a recolha dos dados - dimensão, número de trabalhadores, relações com exterior, tipo de produtos produzidos, etc.- que levaram à sua escolha.

Proceder-se-à elaboração da conta de excedente mediante o cálculo rubrica a rubrica, da parcela do excedente a ter em conta e das vantagens auferidas ou desvantagens sofridas por cada um dos agentes económicos com quem a empresa mantém relações (1).

Para cada rubrica, será explicado o processo de obtenção dos resultados a analisar chamando-se à atenção para as consequências de algumas hipóteses simplificadoras utilizadas nesse processo.

(1)- Os cálculos para a determinação do excedente e das vantagens a partir dos dados fornecidos pela empresa foram feitos pela autora. Dos resultados desses cálculos se dá conta nos anexos a este trabalho.

Far-se-á ainda a interpretação dos resultados encontrados e uma análise comparativa entre os resultados obtidos a preços correntes e a preços constantes.

Em termos gerais, as parcelas do excedente e as vantagens positivas e negativas foram obtidas a partir da dissociação em quantidades e preços dos valores da contabilidade geral, nomeadamente do 3º movimento do balancete da conta consolidada (2) para os anos de 1983 e 1984. Quando necessário, recorreu-se ainda aos Sistemas de Informação e Gestão (3) da empresa e seus diversos sectores, particularmente para o conhecimento de dados sobre quantidades.

Para consideração dos efeitos da inflação sobre as vantagens foi utilizado, como deflacionador dos dados contabilísticos a reter, a última estimativa do índice de variação dos preços implícito no P.I.B. entre 1983 e 1984 calculada pelo D.C.P..

Será apenas elaborada a conta de excedente para os anos de 1983 e 1984, pois só para estes anos se encontram disponíveis dados que permitem uma desagregação desejável de algumas das rubricas. Considerou-se, no entanto, útil proceder deste modo, pois tal permite a exploração mais em profundidade das potencialidades do método aplicado.

Na elaboração da conta de excedente e dado que a estrutura da empresa é caracterizada por uma integração vertical, foram tidas em conta as transferências de rendimentos entre os vários sectores da empresa (florestal, produção de pasta, produção de papel e produção de embalagem).

Estas transferências de rendimentos são detectadas no cálculo das vantagens relativas às cedências de matérias primas de uns sectores para os outros. Sendo as cedências a única fonte de transferência de rendimentos entre os vários sectores, o método da conta de excedente permite a sua deteção sem que seja necessário recorrer a uma imputação sector a sector de todos os outros custos e proveitos da empresa.

-
- (2)- Utilizou-se o 3º movimento por ser o movimento a partir do qual se consideram definitivamente corrigidos todos os custos e proveitos e se incluem as amortizações do exercício.
- (3)- Os Sistemas de Informação e Gestão (S.I.G.) contêm informações de natureza para-contabilística que ajudam a melhor compreender os dados contabilísticos.

4.2 - ANÁLISE DAS RUBRICAS DA CONTA DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS

4.2.1 - Vendas de Produtos Acabados

Um dos problemas que habitualmente se põem no tratamento deste tipo de rubricas é o do grau de desagregação a ter em conta. No caso da empresa em estudo e para as vendas de produtos acabados, tal problema foi facilmente ultrapassado, na medida em que, as vendas com algum significado são constituídas por um número relativamente restrito de produtos. Em 1983 as vendas dos produtos retidos representam cerca de 99% do valor das vendas na conta de demonstração de resultados líquidos para o mesmo ano.

Entre 1983 e 1984 registaram-se apenas dois casos de aparecimento de produtos novos (kraft misto e papel). Não tendo sido possível a obtenção dos respectivos preços em 1983 e dado o pequeno peso (respectivamente 0.1% e 0.03%) que representam nos valores das vendas dos respectivos sectores em 1984, optou-se por não os considerar no cálculo do excedente e das vantagens.

Para os anos estudados, é opinião dos dirigentes da empresa não se terem verificado quaisquer variações na qualidade dos produtos vendidos.

Uma análise da parcela do excedente (Quadro I) gerada pelas vendas permite concluir terem sido as vendas de pastas e de embalagens ao mercado externo as responsáveis pelo aparecimento de uma parcela negativa resultante de uma quebra das vendas em quantidade, muito embora o ano de 1984 tenha sido considerado na empresa um bom ano de vendas.

QUADRO I

PARCELA DO EXCEDENTE GERADA PELAS VENDAS

10³ escudos

	EXCEDENTE			
	PASTAS	PAPEL	EMBALAGEM	TOTAL
MERCADO INTERNO	-331883	308161	121214	97492
MERCADO EXTERNO	-480191	125740	-8096	-362547

Os clientes tanto nacionais como estrangeiros de pastas e papel sofreram desvantagens consideráveis (Quadro II) em consequência de uma subida substancial dos preços da grande maioria dos produtos vendidos. Ao ter-se em conta a inflação, as desvantagens mantêm-se se bem que sejam reduzidas globalmente em cerca de 55% (Quadro III).

QUADRO II

VANTAGENS NOMINAIS DE CLIENTES

10³ escudos

	VANTAGENS NOMINAIS			
	PASTAS	PAPEL	EMBALAGEM	TOTAL
CLIENTES NACION.	-1611903	-1212295	-16805324	-2824198
CLIENTES EXTERN.	-9178665	-2206333	-139792	-11384998

QUADRO III

VANTAGENS REAIS DE CLIENTES

10³ escudos

	VANTAGENS REAIS			
	PASTAS	PAPEL	EMBALAGEM	TOTAL
CLIENTES NACION.	-585709	-502369	-690460	-1778538
CLIENTES EXTERN.	-4630205	-744783	-1811	-5376799

No sector de embalagem, a análise comparada das vantagens nominais e reais (Quadro II e Quadro III) permite afirmar que em termos reais a contribuição dos clientes nacionais para a formação do excedente a repartir pela empresa se reduziu drasticamente e os clientes estrangeiros passaram de contribuidores a beneficiários na partilha do mesmo.

Tal facto mostra uma incapacidade da empresa em repercutir os efeitos da inflação sobre os preços no mercado externo do cartão canelado e do kraftsacos. Duas explicações interligadas parecem plausíveis:

- uma forte concorrência externa não o ter permitido;
- o efeito da desvalorização ter sido mais forte que o da inflação.

Uma variante foi introduzida com vista a tomar em consideração os efeitos da desvalorização do escudo face às moedas dos países com quem a empresa mantém relações. Assim, "desvalorizaram-se" os preços dos produtos para o mercado externo, dividindo estes preços em 1984 pela taxa de desvalorização do escudo entre Dezembro 1983 e Dezembro 1984 (extraída do relatório do BANCO DE PORTUGAL- 4º trimestre 1984). Estes novos preços para 1984 são considerados para o cálculo da variação de preços entre os dois anos. Obtêm-se assim novas vantagens que se verificam ser em 25.7% inferiores às anteriormente calculadas (Quadro IV). Parece deste modo provar-se ser a desvalorização do escudo um factor de fuga de rendimentos destinados à empresa e consequentemente ao país.

QUADRO IV

EFEITO DA DESVALORIZAÇÃO NAS VANTAGENS DE CLIENTES

10³ escudos

	PREÇOS			1984	
	1983	1984 desval.			
			VARIAÇÃO	QUANTID.	VANTAGENS
PRODUTOS					
PASTAS					
Pinho crù	27561	43306	15745	60133	946775
Eucalipto crù	21892	43526	21634	89	1925
Eucalipto branca	38529	58793	20264	297904	6036609
PAPEL					
kraftliner	37862	49744	11882	125544	1491703
kraftsacos	41875	43828	1953	5040	9842
EMBALAGEM					
cartão cancelado	31020	35017	3997	17890	71509

Ainda uma variante a explorar consistiria no estudo dos efeitos conjuntos, provavelmente de efeito contrário, da inflação e da desvalorização do escudo sobre as vantagens auferidas pelos clientes estrangeiros. Tal estudo pode ser feito analisando comparativamente as vantagens calculadas considerando os preços que a empresa praticaria se neles repercutisse integralmente os efeitos da inflação e os efeitos de desvalorização sobre os mesmos.

Esta análise (Quadro V) parece apontar para a confirmação da ideia de que o efeito de desvalorização foi mais forte que o da inflação para o kraft-sacos no sector do papel e para o cartão cancelado no sector de embalagem.

QUADRO V

EFEITO CONJUNTO DA INFLAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO NAS VANTAGENS

10³ escudos

	PREÇOS			VARIAÇÃO DE PREÇOS	QUANTID. EM 1984	VANTAGENS
	1983	1984 corrig.	desval.			
PRODUTOS						
PASTAS						
Pinho						
crú	27561	34617	31214	3653	60133	219666
Eucalipto						
crua	21892	27496	24794	2902	89	258
branca	38529	48392	43636	5107	297904	1521396
PAPEL						
Kraftliner	37862	47555	42881	5079	125544	630105
Kraftsacos	41875	52595	47426	5551	5040	27977
EMBALAGEM						
Cart.canel	31020	38961	35132	4112	17890	75564

Em relação ao sector florestal verifica-se (Quadro VI) existência de uma transferência de rendimentos para este sector proveniente do sector de fabrico de pastas e de papel. Esta transferência que é pouco significativa para estes últimos sectores assume alguma importância em relação ao primeiro.

QUADRO VI

EXCEDENTE E VANTAGENS DO SECTOR FLORESTAL

10³ escudos

	CEDÊNCIAS	VENDAS	TOTAL
EXCEDENTE	38428	8159	46587
VANT.NOMINAIS	-141443	-2334	-143777
VANTAG.REAIS	-41294	-872	-42166

As desvantagens sofridas pelos centros fabris nas suas relações com o sector florestal reduziram-se em termos reais, embora menos que as sofridas pelos congéneres externos(Quadro VI). Como é óbvio o sector florestal tem mais facilidade em repercutir os efeitos da inflação nos preços aos clientes que nos preços aos centros fabris.

4.2.2 - Variação das Existências de Produtos

Sendo um elemento da conta de demonstração de resultados líquidos da empresa, o método da conta de excedente exige a dissociação em volume e preço dos valores da variação da variação anual das existências entre os dois anos considerados.

Como se dispõem para os anos a estudar de dados sobre as existências em valor e quantidade de pastas, papéis e embalagem, e estes constituem aproximadamente 83%, 86% e 88% das existências finais de produtos acabados respectivamente em 1982, 1983 e 1984, utilizou-se para o cálculo da parcela do excedente gerada pela variação de existências e das vantagens associadas, a análise directa dessas existências. Tal processo permite a distinção das vantagens destinadas aos clientes e à própria empresa (caso das existências) privilegiando uma mais rigorosa interpretação das vantagens.

Dado o grande peso das existências de produtos em curso na conta de demonstração de resultados líquidos, estas foram igualmente tidas em conta para a determinação do excedente e das vantagens. Dizendo no essencial respeito a existências em plantação, que representam 94% e 96% do valor total de existências finais de produtos em curso em 1982 e em 1983/1984 foi utilizado como indicador de volume na dissociação dos valores em volumes e preços a área plantada em cada um dos anos.

- Considerando :
- valor das existências em 1982 = $s_0^1 S_0^1$
 - valor das existências em 1983 = $s_1^2 S_1^2$
 - valor das existências em 1984 = $s_2^3 S_2^3$

Verifica-se que:

(i)-a variação em volume, entre 1983 e 1984 da variação de existências que constitui a parcela de excedente é :

$$s_2^3 (S_2^3 - S_1^2) - s_0^1 (S_1^2 - S_0^1)$$

(ii)-as vantagens auferidas pela empresa associadas à variação de existências serão dadas pela diferença:

$$S_2^3 (s_2^3 - s_1^2) - S_1^2 (s_1^2 - s_0^1)$$

(iii)- o cálculo de vantagens reais tendo igualmente em conta os efeitos da inflação entre os anos de 1982 e 1983, obedeceria à fórmula seguinte:

$$S_2^3 \left(\frac{s_2^3}{1 + i_{83}^{84}} - s_1^2 \right) - S_1^2 \left(\frac{s_1^2}{1 + i_{82}^{83}} - s_0^1 \right)$$

com: i_{82}^{83} - índice de variação de preços implícito no P.I.B. entre 1982 e 1983 (estimativa do D.C.P.)

O grau de desagregação é idêntico ao considerado para as vendas. Não foram no entanto consideradas as existências de produtos cujo valor representasse apenas 1% ou menos do valor total das existências de produtos acabados.

Tanto para o cálculo da parcela do excedente como para o das vantagens, não foram consideradas as existências de pasta de pinho semi-branco devido à impossibilidade de obter dados sobre o seu volume no ano de 1984 e ao fraco peso nos valores das existências (1.2%, em 1982 e 2.8%, em 1983).

Sendo os preços médios das existências iniciais no ano de 1983 inferiores aos preços médios das existências finais do mesmo ano, o excedente será positivo se e só se, em volume, a variação de existências em 1984 for superior à variação de existências em 1983 ponderada pela razão entre os preços médios das existências iniciais e finais desse mesmo ano.

No caso em estudo, constata-se uma variação do volume global das existências negativa em 1983 e positiva em 1984. Tal facto parece positivo para a empresa na medida em que indica ter a produção conseguido repor e mesmo aumentar o nível de existências substancialmente reduzido por um considerável volume de vendas em 1983. A quebra de volume de vendas em 1984 contribuiu também para esta situação. A parcela do excedente positiva parece confirmar esta opinião.

As vantagens positivas auferidas pela empresa resultam de uma variação de preços entre existências iniciais e finais de 1984 muito superior à mesma variação em 1983.

No que respeita às existências de produtos em curso o excedente registado deve-se a uma substancial redução da área plantada de 1983 para 1984. As vantagens positivas resultam de forte acréscimo de custo da área plantada de um ano para o seguinte.

QUADRO VII

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A VARIAÇÃO DE EXISTÊNCIAS

10³ escudos

	excedente	vantag.nominais	vantag.reais
EX.PROD.ACABADOS	238198	724757	460671
EX.PROD.em CURSO	-1200811	417991	166286

No tratamento das existências de produtos em curso, seria mais correcto considerar como indicador de volume o conteúdo em material lenhoso das plantações, tendo em conta o diferente estágio de desenvolvimento das árvores que as compõem.

Obedecendo a um ciclo vegetativo, o conteúdo em material lenhoso de uma árvore vai variando até atingir um máximo (por volta dos 12 anos para o pinheiro e dos 8 anos para o eucalipto) diminuindo em seguida. Assim, a plantação só deveria em rigor ser considerada como existência em curso a partir do momento em que é rentável o seu corte, o que equivale a um intervalo de mais ou menos dois anos em relação ao máximo referido. Antes, não tem qualquer valor como matéria-prima e deveria ser contabilizada como imobilizado corpóreo, atribuindo-se-lhe o valor do seu investimento.

Tendo em vista a adopção do critério de contabilização acima mencionado para as suas plantações a Portucel encetou este ano, utilizando métodos biométricos, uma inventariação do material lenhoso contido nas suas plantações de eucalipto com mais de 5 anos e de pinheiro com mais de 10 anos. Os resultados deste estudo só poderão ser divulgados em Setembro/Outubro do ano corrente. A área plantada permanece pois como o único indicador de volume disponível.

4.2.3 - Consumo de Matérias Primas e Subsidiárias

Ao contrário do que acontece no cálculo da parcela do excedente e das vantagens relativas aos produtos para venda, para os quais se consideraram distintamente vendas e existências, vai-se considerar apenas o consumo, tendo presente a igualdade contabilística segundo a qual:

$\text{consumo} = \text{compras} + \text{existências iniciais} - \text{existências finais}$

Esta análise global apresenta como inconveniente a utilização no cálculo da parcela do excedente de um preço médio para o conjunto dos bens consumidos quando se sabe serem diferentes os preços dos bens comprados no ano e dos já existentes em armazém. Fica deste modo inviabilizada uma avaliação distinta da "performance" do departamento de aprovisionamento e da eficácia da gestão de stocks.

Uma vez que o objecto do estudo é a repartição do excedente, o problema mais preocupante não é este mas o da impossibilidade de distinguir os beneficiários das vantagens - fornecedores no caso das compras e empresa no caso da variação de existências - ligadas às variações de preço de um ano para o outro.

O tratamento do consumo, sem que sejam distinguidas compras e variação de existências deve-se a uma alteração das rubricas consideradas nas contas de compras e de existências entre 1983 e 1984 que inviabiliza qualquer comparação entre os dois anos.

Uma hipótese de ultrapassar o problema consistiria em determinar as compras em 1983 a partir dos dados para 1984, mediante o produto destes por um índice de variação do consumo das diversas matérias primas e subsidiárias entre os dois anos. Esta hipótese parece, no entanto, pouco correcta pois tem implícita a consideração de uma variação proporcional do consumo e das compras que pode não corresponder à realidade. Com efeito, as compras podem destinar-se preferencialmente à constituição de stocks em virtude da empresa desejar, por exemplo, aproveitar uma baixa conjuntural do preço de uma qualquer matéria prima ou subsidiária.

Esta opinião parece ser confirmada pela constatação de um valor de compras de madeiras inferiores em 50% ao consumo em 1983 e superiores em 23% ao consumo em 1984, sendo o índice de variação do consumo entre os dois anos negativo. Estas as razões de não implementação desta hipótese.

A parcela positiva do excedente (Quadro VIII), no que respeita ao fabrico de pastas, deve-se a um maior consumo de produtos químicos, nomeadamente cloro, soda cáustica, dióxido e clorato em 1984 comparativamente a 1983. É igualmente de realçar uma quebra significativa no consumo de energia.

QUADRO VIII

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A CONSUMOS DO SECTOR DE PASTAS

10³ escudos

	EXCEDENTE	VANT.NOMINAIS	VANT.REAIS
EXTERNOS			
MADEIRAS	-50085	1180719	229716
PROD.QUÍMICOS	-4146	272775	-411930
COMBUSTÍVEIS	-8869	146011	31442
INTERNOS			
PROD.QUÍMICOS	66502	227228	-39749
ENERGIA	-130646	1094272	207739
TOTAL	-127244		

Um aumento dos preços dos principais factores utilizados pelo sector das pastas faz aparecer um montante positivo de vantagens a preços correntes.

A preços corrigidos da inflação, os fornecedores de produtos químicos passam de beneficiados na partilha do excedente a contribuidores para a formação do excedente a repartir. Mantendo-se positiva a variação de preços das madeiras, combustíveis e energia de vapor, os fornecedores do sector considerados globalmente, continuam a beneficiar de vantagens, embora com valor pouco significativo.

De salientar que ao ser expurgado dos efeitos da inflação o consumo de produtos químicos foi favorável à empresa constituindo uma desvantagem para os fornecedores.

Quanto aos efeitos de transferência de rendimento do sector florestal para o sector de fabrico de pastas, pode-se concluir serem insignificantes, já que a percentagem de madeira cedida aos centros fabris pelo sector florestal representa menos de 1% dos consumos das mesmas.

No fabrico de papéis a parcela negativa (Quadro IX) resulta de um aumento do consumo, nomeadamente de papéis velhos, pastas, combustíveis, produtos químicos e madeiras. Mais uma vez se verifica uma redução no consumo de energia.

A evolução dos preços das matérias primas e subsidiárias adquiridas fora da empresa foi-lhe desfavorável, o que corresponde a dizer que foram os fornecedores os principais beneficiários das vantagens. Face ao que ficou dito no comentário inicial aos consumos, pareceria à primeira vista abusiva esta afirmação; no entanto, uma análise mais cuidada dos valores dos consumos e compras relativamente a algumas rubricas (papéis velhos, sulfato de alumínio, resicola e empre-pu) mostra existir uma correspondência aproximada entre eles.

Quanto às matérias primas provenientes do sector das pastas - que são as principais - as desvantagens associadas indicam uma transferência de rendimentos significativa em favor daquele sector (Quadro IX).

As vantagens inerentes à energia resultam de uma evolução dos preços do vapor e do fuel desfavorável à empresa. Como não foi possível obter informações acerca dos componentes de custo dos factores energéticos, nenhuma opinião se pode formular sobre os beneficiários de tais vantagens.

QUADRO IX

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A CONSUMOS DO SECTOR DE PAPÉIS

10³ escudos

	EXCEDENTE	VANT.NOMINAIS	VANT.REAIS
EXTERNOS			
MADEIRAS	9645	644048	264581
PAPÉIS VELHOS	91685	172631	62722
PROD.QUÍMICOS	20573	67620	2270
COMBUSTÍVEIS	46205	107474	20275
INTERNOS			
PASTAS	71172	372343	131322
ENERGIA	106931	446759	173889
TOTAL	346211		

Como é natural que aconteça as vantagens reais são bastante inferiores às vantagens nominais, mantendo-se contudo positivas, como se pode ver no quadro IX.

No sector de embalagem, um aumento do consumo de algumas matérias-primas (sk-Setúbal e outras matérias-primas) e de vapor sobrepõe-se às economias em consumo das restantes rubricas e contribui para o aparecimento de uma parcela negativa do excedente, (Quadro X).

QUADRO X

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVOS A CONSUMOS DO SECTOR DE EMBALAGEM

10³ escudos

	EXCEDENTE	VANT.NOMINAIS	VANT.REAIS
EXTERNOS			
MAT.PRIMAS	-8309	1649613	992065
PROD.QUÍMICOS	-11263	4359	208
INTERNOS			
MAT.PRIMAS	-16009	10078	1704
ENERGIA	-3375	17431	8227
TOTAL	-38956		

Tanto as vantagens nominais como as reais indicam uma considerável transferência de rendimentos deste sector para o sector de fabrico de papéis, sendo as restantes vantagens pouco significativas (1.7% em termos nominais, 1% em termos reais das vantagens totais relativas a este sector).(Quadro X)

No sector florestal (Quadro XI), a aparente política seguida pela empresa no sentido de substituir a área arrendada por área comprada mostra-se prejudicial à empresa, já que os custos inerentes à compra são muito superiores aos custos de arrendamento. Este facto, aliado ao aumento da área em conservação, é responsável pelo aparecimento de uma parcela negativa de excedente.

QUADRO XI

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A CONSUMOS DO SECTOR FLORESTAL

10³ escudos

	EXCEDENTE	VANT.NOMINAIS	VANT.REAIS
ANGARIAÇÃO DE TERRENOS	20177	98605	31036
CONSERVAÇÃO	82229	-13040	-87816
FLORESTAÇÃO	-22931	146082	13469
PLANTAÇÃO	-8688	35241	10242
FERTILIZAÇÃO	-7395	406	-1051

As vantagens nominais são positivas excepto para a conservação, traduzindo uma redução do custo de conservação por ha. De notar que ao tomar-se em consideração a inflação as vantagens relativas à fertilização se tornam negativas.

4.2.4 - Fornecimentos e Serviços de Terceiros

Tendo-se provado pouco viável a dissociação dos valores das sub-rubricas da conta de fornecimentos e serviços de terceiros em volumes e preços, já que os custos de obtenção de informações, tais como a superfície corrigida ou o valor locativo dos edifícios alugados, as cláusulas dos contractos de aluguer de materiais, as tarifas de fornecimento de água ou electricidade, as cláusulas dos contractos de publicidade, etc, não se justificam, optou-se por considerar globalmente os fornecimentos por um lado e os serviços por outro.

Não sendo possível a decomposição da variação de valor em variação de volume e variação de preço, a parcela de excedente e as vantagens relativas aos fornecimentos e serviços de terceiros foram determinadas mediante o cálculo de um termo \bar{V}'' que representa a valorização das quantidades adquiridas no ano de 1984 aos preços de 1983 ($\bar{V}'' = v(V + \Delta V)$).

Este termo \bar{V}'' foi obtido a partir do índice de variação dos preços implícitos no P.I.B. para a indústria no caso dos fornecimentos e do mesmo índice para os serviços no caso dos serviços de terceiros.

Assim se chegou aos seguintes resultados :

(i)- para os fornecimentos de terceiros

$$\bar{V}'' = \frac{\bar{V}_{84} + \Delta \bar{V}}{I_{p, ind.}} = \frac{\bar{V}_{84}}{I_{p, ind.}} = \frac{142097}{1.29} = 1103951$$

$$\begin{aligned} \text{parcela de excedente} &= \bar{V}'' - \bar{V}_{83} \\ &= \bar{V}'' - 626546 = 477405 \times 10^3 \text{esc.} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{vantagens nominais} &= \bar{V}_{84} - \bar{V}'' \\ &= 1424097 - \bar{V}'' = 320146 \times 10^3 \text{esc.} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{vantagens reais} &= \frac{\bar{V}_{84}}{1 + i_{83}^{84}} - \bar{V}'' \\ &= 1133835 - \bar{V}'' = 29884 \times 10^3 \text{esc.} \end{aligned}$$

(ii)- para os serviços de terceiros

$$\bar{V}^* = \frac{\bar{V}_{83} + \Delta \bar{V}}{IP_{serv.}} = \frac{\bar{V}_{84}}{IP_{serv.}} = \frac{5422835}{1.244} = 4359192$$

$$\begin{aligned} \text{parcela de excedente} &= \bar{V}^* - \bar{V}_{83} \\ &= \bar{V}^* - 3931088 = 428104 \times 10^3 \text{esc.} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{vantagens nominais} &= \bar{V}_{84} - \bar{V}^* \\ &= 5422835 - \bar{V}^* = 1063643 \times 10^3 \text{esc.} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{vantagens reais} &= \frac{\bar{V}_{84}}{1 + i_{83}^{84}} - \bar{V}^* \\ &= 4317544 - \bar{V}^* = -41648 \times 10^3 \text{esc.} \end{aligned}$$

As vantagens reais negativas são resultado de uma variação de preços no sector de serviços inferior à variação de preços verificada para o conjunto da economia. Estas vantagens constituem uma contribuição do sector de serviços para a formação do excedente a repartir pela empresa.

QUADRO XII

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

10³ escudos

	EXCEDENTE	VANTAGENS NOMINAIS	VANTAGENS REAIS
FORNECIMENTOS	477405	320146	29884
SERVIÇOS	428104	1063643	-41648

4.2.5 - Impostos e Taxas

Os impostos e taxas correspondem teóricamente a custos relativos à prossecução por parte do Estado de certos objectivos globais como a equidade e a paz social mas também à utilização pela empresa de certos bens e serviços públicos e colectivos fornecidos pelo Estado ou colectividades locais. Daí que se considerem impostos e taxas como remunerações dessa mesma utilização e consequentemente se exija, no âmbito da aplicação do método dos excedentes, a sua inserção no cálculo do excedente e das vantagens auferidas pelo Estado em sentido lato.

Na impossibilidade de uma afectação imposto/consumo de bem ou serviço, já que na generalidade os impostos constituem um custo sem contrapartida directa, optou-se por tomar como indicador de volume de cada imposto ou taxa o valor ou quantidade sobre que recai o mesmo.

Deste modo, para efeitos de cálculo do excedente e das vantagens, tomaram-se os seguintes indicadores de volumes:

- para o imposto de selo, o valor total de vendas efectuadas no ano;

- para a taxa do Instituto dos Produtos Florestais, a quantidade em toneladas de pastas e papéis vendidos e incorporados na produção;

- para a taxa da Junta Autónoma dos Portos, o valor de vendas para o mercado externo;

- para o imposto de capitais, o endividamento externo médio anual.

O imposto sobre os lucros constitui uma excepção ao critério atrás exposto. Para este imposto consideram-se duas hipóteses de tratamento:

- Tomar como indicador de volume o lucro antes de imposto medido a preços constantes. Neste caso, sendo a taxa do imposto geralmente constante, a vantagem real auferida pelo Estado será naturalmente nula por construção. A parcela de excedente será calculada do seguinte modo:

$$(\text{lucro}_{84} - \text{lucro}_{83}) * \text{tx. imposto}$$

- Considerar um volume constante e consequentemente toda a variação do imposto como uma medida da vantagem do Estado. O excedente será por construção nulo.

Por não se ter conseguido obter informações que permitissem a sua dissociação individual em volume e preço, os restantes impostos indirectos foram dissociados globalmente, tomando como indicador de volume o V.A.B. da empresa em 1983 e 1984.

QUADRO XIII

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A IMPOSTOS

10³ escudos

	excedente	vantag.nominais	vantag.reais
IMPOSTOS INDIR.	31601	95232	46580
IMPOSTOS DIRECT.	1287	-21423	-27291
IMPOSTO s/ LUCRO		25306	20134

4.2.6 - Despesas com Pessoal

No tratamento desta rubrica, foram implementadas três variantes que se distinguem pelo indicador de volume tido em conta para a dissociação dos valores das remunerações aos trabalhadores. Na variante 1, as horas trabalháveis (aquelas que correspondem à duração normal do trabalho descontadas das horas de férias); na variante 2, as horas trabalhadas (diferença entre as horas trabalháveis e as horas de ausência); na variante 3, a soma das horas trabalhadas normais e extraordinárias.

A implementação das três variantes tem por objectivo permitir realçar as consequências do absentismo (variante 2), e do impacto dos efeitos de sinal contrário do absentismo e do trabalho extraordinário (variante 3) em relação aos resultados obtidos com a variante 1 mais simplificadora.

Quanto aos valores das remunerações a dissociar, teve-se por mais correcto a consideração dos valores das remunerações totais para o cálculo do excedente e dos valores que constituem remunerações directas aos trabalhadores (remunerações totais deduzidas de todos os encargos sociais obrigatórios descontados nos salários recebidos) para o cálculo das vantagens auferidas pelos mesmos. Tal distinção procura impedir o empolamento das vantagens de que poderão vir a beneficiar os trabalhadores ao serem tidos em conta os encargos atrás citados.

Um aspecto importante a focar no tratamento das despesas com o pessoal é o das variações, tantas vezes aparentes, de qualidade dos recursos humanos. Com efeito, é sabido que muito frequentemente as variações de qualidade, traduzidas pela evolução da estrutura de qualificação de pessoal por categorias profissionais, corresponde a um aumento de remuneração unitária que premeia apenas o número de anos de casa e não uma efectiva melhoria do trabalho prestado.

Não sendo conhecido um coeficiente hierárquico que traduza a real variação de competência, opta-se na generalidade dos casos, por uma aproximação que consiste em determinar um intervalo no qual se situará a parcela do excedente relativa às despesas com pessoal. Esse intervalo tem como limite superior a parcela calculada considerando as variações de qualificação como variações de volume (variações de qualificação = variações reais de competência) e como limite inferior a parcela calculada considerando as variações de qualificação como variações de preço (variações de qualificação = variações disfarçadas de rendimento).

Não dispondo de dados sobre a distribuição das horas trabalháveis, trabalhadas ou extraordinárias por escalões de enquadramento profissional ou das remunerações totais pelos mesmos escalões, não é possível proceder a qualquer análise neste âmbito.

Ainda uma chamada de atenção para a não distinção entre os sectores de produção de pasta e de papel, já que os dados se encontram disponíveis apenas por centros fabris produzindo simultaneamente ambos produtos.

Uma análise global dos resultados obtidos no cálculo do excedente (Quadro XIV) mostra que o excedente diminui ao passar da variante 1 para a variante 2 (a parcela do excedente torna-se menos negativa) apesar de uma diminuição do absentismo de 1983 para 1984 e diminui ao passar da variante 1 ou 2 para a variante 3 (a parcela do excedente torna-se mais negativa que em qualquer dos casos anteriores) como resultado de uma redução do número de horas de trabalho extraordinário entre os dois anos (diferença entre variante 2 e 3) e dessa redução ter sido superior à redução do absentismo (diferença entre as variantes 1 e 3).

QUADRO XIV

EXCEDENTE E VANTAGENS NAS VARIANTES DE TRATAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

10³ escudos

	VARIANTE 1	VARIANTE 2	VARIANTE 3
EXCEDENTE	-84267	-34200	-110197
VANT.NOMINAIS	890109	85028	900912
VANT.REAIS	30160	-9648	40748

No que respeita às vantagens nominais, pode dizer-se que os trabalhadores beneficiaram de vantagens em qualquer das variantes embora, como seria de esperar, estas vantagens sejam reduzidas pela consideração do absentismo (variante 2). A variante 3 permite verificar que a redução nas vantagens provocada pelo absentismo é compensada pelo aumento de remunerações resultante do trabalho extraordinário, apesar de este ter sido substancialmente reduzido em 1984 .

Em relação às vantagens reais, os trabalhadores continuam a beneficiar de vantagens excepto na variante 2 na qual se consideram os efeitos do absentismo. É de notar, no entanto, que, neste caso, as vantagens assumem valores não significativos.

Ainda em termos globais chama-se a atenção para o facto de as vantagens de que beneficiam os trabalhadores, mesmo em valores nominais, quando comparadas às auferidas por outros agentes económicos, nomeadamente a própria empresa, serem muito pouco significativas.

Uma análise por sectores mostra que muito embora seguindo, regra geral, as tendências globais atrás expostas existem alguns aspectos interessantes a salientar, como sejam:

- o sector de embalagem, que maior número de trabalhadores emprega, é o sector em que os trabalhadores mais perdem com a inflação, qualquer que seja a variante considerada;

- nos sectores de fabrico de pasta e papel e no florestal, a inflação reduz as vantagens mas não as elimina;

- no sector dos serviços centrais, os trabalhadores perdem com a inflação excepto se se considerarem as horas extraordinárias.

QUADRO XV

ANALISE DO EXCEDENTE E VANTAGENS POR SECTORES COM A VARIANTE 1

10³ escudos

	PASTA+PAPEL	EMBALAGEM	FLORESTAL	SERVIÇOS
EXCEDENTE	-70399	-10284	-10631	7047
VANT.NOMINAIS	590176	151823	87126	60983
VANT.REAIS	36391	-9221	4543	-1554

QUADRO XVI

ANALISE DO EXCEDENTE E VANTAGENS POR SECTORES COM A VARIANTE 2

10³ escudos

	PASTA+PAPEL	EMBALAGEM	FLORESTAL	SERVIÇOS
EXCEDENTE	-35086	-653	-5729	7267
VANT.NOMINAIS	561899	144126	83446	60810
VANT.REAIS	8114	-16918	865	-1709

QUADRO XVII

ANALISE DO EXCEDENTE E VANTAGENS POR SECTORES COM A VARIANTE 3

10³ escudos

	PASTA+PAPEL	EMBALAGEM	FLORESTAL	SERVIÇOS
EXCEDENTE	-67377	-21416	-19434	-1971
VANT.NOMINAIS	587896	160721	84135	68159
VANT.REAIS	33897	-322	1551	5621

4.2.7 - Elementos Financeiros

As despesas financeiras - custos da empresa resultantes de disposições contratuais com um parceiro exterior para operações relativas a empréstimos - não correspondem à remuneração de um factor com carácter físico mas à de um factor representado por um certo capital em moeda de que a empresa necessita para o desenvolvimento das suas actividades. Este carácter não físico do factor em causa vem, no âmbito da aplicação do método da conta de excedente, dificultar a sua dissociação em volume e preço.

No tratamento desta rubrica foram apenas consideradas as despesas financeiras, tanto para as operações de curto prazo como para as de médio e longo prazo, visto serem as receitas financeiras uma parcela não significativa (0.4%) das receitas totais do exercício em qualquer dos anos considerados.

Foram construídas três variantes. Em todas se tomaram em consideração os efeitos da inflação na medida em que, parece destituído de sentido ignorá-la, quando se pretende estudar uma realidade caracterizada por uma inflação generalizada cuja taxa quase atinge os 30%.

Em todas as variantes o indicador de volume, tanto nas operações a curto prazo como nas de médio e longo prazo, é o endividamento médio anual (média do endividamento existente no último dia de cada mês). Tal solução conduz a uma certa falta de rigor, especialmente no que respeita ao cálculo das taxas relativas ao endividamento de curto prazo, pois sabe-se ser elevada a variação do montante de dívidas de curto prazo mesmo quando o período considerado é o mês.

O indicador dos preços é, em qualquer das variantes, a taxa de juro anual média. Para os empréstimos internos esta foi determinada pelo quociente entre as despesas financeiras contabilizadas e o endividamento médio anual. A taxa de juro anual média dos empréstimos externos para 1984 (31.5%) é a média das taxas médias de mercado interno dos vários empréstimos ponderadas pelo valor do capital em dívida do empréstimo respectivo. Tal estudo implicou a passagem desses valores expressos nas mais diversas divisas a valores expressos em escudos, utilizando as taxas de câmbio respectivas em 31/12/84 (Relatório Banco Portugal 4º trimestre 1984).

As taxas médias de mercado interno foram obtidas mediante análise do custo médio de cada empréstimo externo através dos fluxos de caixa provocados pela sua existência. São assim função do montante do empréstimo, do seu tempo de vida, da sua taxa contratual e do efeito da desvalorização do escudo face à divisa em que se encontra expresso o empréstimo (este estudo foi efectuado pelo sector de análise dos financiamentos da PORTUCEL).

Na ausência de informação que permita efectuar estudo semelhante com vista à determinação da taxa de juro média anual dos empréstimos externos para 1983, optou-se por a determinar corrigindo a taxa para 1984, considerando para tal a taxa de desvalorização do escudo entre Dezembro de 1983 e Dezembro de 1984 (estimativa do BANCO DE PORTUGAL publicada no relatório do mesmo banco - 4º trimestre de 1984).

Cada uma das variantes será de seguida analisada, procurando explicar-se a sua razão de ser e o processo de cálculo do excedente e das vantagens inerente, enunciar críticas e interpretar os resultados obtidos.

VARIANTE 1

Nesta variante, o endividamento é tomado a preços correntes, pelo que os termos a ter em conta são :

- no cálculo do excedente

$$(\bar{D}_{84} - \bar{D}_{83})d_{83}$$

- no cálculo das vantagens nominais

$$(d_{84} - d_{83})\bar{D}_{84}$$

- no cálculo das vantagens reais

$$\left(\frac{d_{84}}{1+i_{83}} - d_{83} \right) \bar{D}_{84}$$

Esta solução à primeira vista coerente com os cálculos efectuados para as outras rubricas é, no entanto, pouco correcta, pois ao comparar o valor do endividamento em 1984 com o de 1983 está a comparar escudos de anos diferentes com poderes de compra diferentes em virtude da inflação. Por outro lado, o preço \bar{D} não faz sentido sobretudo se comparado com o conceito de taxa de juro real.

O excedente obtido é resultado de uma redução de cerca de 1/3 nos empréstimos de curto prazo e uma redução embora bastante menor nos empréstimos ao exterior (QUADRO XVIII).

QUADRO XVIII

EXCEDENTE RELATIVO A DESPESAS FINANCEIRAS NA VARIANTE 1

10³ escudos

	EXCEDENTE	
	INTERNO	EXTERNO
VARIANTE 1	-588351	-40379

Em valores nominais, as entidades prestadoras, bancos, são largamente beneficiadas nas relações com a empresa, principalmente em relação aos empréstimos a médio e longo prazo.

QUADRO XIX

VANTAGENS RELATIVAS A DESPESAS FINANCEIRAS NA VARIANTE 1

10³ escudos

	VANTAGENS NOMINAIS		VANTAGENS REAIS	
	INTERNAS	EXTERNAS	INTERNAS	EXTERNAS
VARIANTE 1	991461	171608	45236	-183808

As vantagens reais auferidas pelos bancos reduzem-se significativamente, aumentando de 21% para 31% a percentagem das vantagens dos prestamistas de curto prazo no total das vantagens auferidas pelos prestamistas nacionais.

As vantagens reais negativas sofridas pelos prestamistas estrangeiros devem-se ao facto de o escudo se ter desvalorizado a uma taxa inferior à taxa de inflação interna. Sendo as taxas contractuais constantes durante a vigência do empréstimo, os juros pagos tem um valor real menor para os prestamistas.

VARIANTE 2

Ultrapassando algumas das incorreções da variante anterior, o endividamento é agora expresso a preços constantes. Esta

solução permite interligar de modo coerente para todos os elementos financeiros a noção de volume de um elemento financeiro com a noção do volume de bens e serviços que corresponde ao seu valor.

Deste modo, os termos a considerar são nesta variante os seguintes :

- para o cálculo do excedente

$$\left(\frac{\bar{D}_{84}}{1 + i_{83}^{84}} - \bar{D}_{83} \right) d_{83}$$

- para o cálculo das vantagens nominais

$$\left(d_{84} - \frac{d_{83}}{1 + i_{83}^{84}} \right) \bar{D}_{84}$$

- para o cálculo das vantagens reais

$$(d_{84} - d_{83}) \frac{\bar{D}_{84}}{1 + i_{83}^{84}}$$

Globalmente é válida a análise feita na variante anterior, mas a parcela do excedente é consideravelmente superior por se atribuir ao endividamento em 1984 o seu valor real.

As vantagens aumentaram também consideravelmente em virtude de se terem tido em conta a taxa de juro em 1984 expurgada dos efeitos da inflação. Este resultado demonstra ser a inflação favorável aos prestamistas nacionais e estrangeiros da PORTUCEL.

QUADRO XX

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A DESPESAS FINANCEIRAS NA VARIANTE 2

10³ escudos

	EXCEDENTE		VANTAGENS NOMINAIS	
	INTERNO	EXTERNO	INTERNAS	EXTERNAS
VARIANTE 2	-1332494	-360818	1735604	492046

O aparecimento de vantagens reais positivas (QUADRO XXI) devidas aos prestamistas estrangeiros resulta de não se ter tido em conta o efeito de depreciação monetária sobre a taxa de juro de 1984.

QUADRO XXI

VANTAGENS REAIS RELATIVAS A DESPESAS FINANCEIRAS NA VARIANTE 2

10³ escudos

	VANTAGENS REAIS	
	INTERNAS	EXTERNAS
VARIANTE 2	789379	136631

Esta variante contínua, no entanto, a avaliar apenas parcialmente os efeitos da inflação nas despesas financeiras pois não considera o efeito da depreciação monetária no capital emprestado.

VARIANTE 3

Esta variante, tomando em consideração os efeitos da inflação de um modo completo, isto é, não esquecendo o efeito da depreciação monetária sobre o capital emprestado, permite uma análise do excedente e das vantagens de um ponto de vista mais económico.

Mantendo-se o endividamento a preços constantes, vai agora considerar-se a taxa de juro real dos empréstimos. As despesas financeiras calculadas a partir da taxa de juro real serão, em presença de altos níveis de inflação, mais baixos que as despesas financeiras contabilizadas, razão pela qual o resultado (saldo da conta de demonstração de resultados líquidos) a considerar no cálculo do excedente não poderá ser o contabilístico.

De acordo com os pressupostos assumidos por esta variante, ter-se-á:

- para o cálculo do excedente

$$\left(\frac{\bar{D}_{84}}{1 + i_{83}} - \bar{D}_{83} \right) (d_{83} - i_{83})$$

sendo i_{83} a taxa de inflação registada em 1983

- para o cálculo das vantagens nominais

$$[(d_{84} - i_{84})(1 + i_{83}^{84}) - (d_{83} - i_{83})] \frac{\bar{D}_{84}}{1 + i_{83}^{84}}$$

sendo i_{84} a taxa de inflação registada em 1984

- para o cálculo das vantagens reais

$$[(d_{84} - i_{84}) - (d_{83} - i_{83})] \frac{\bar{D}_{84}}{1 + i_{83}^{84}}$$

sendo i_{83} e i_{84} as taxas acima referidas

Nesta variante o aparecimento de uma parcela positiva do excedente parece confirmar a ideia de que, em presença de taxas de inflação elevadas, geralmente acompanhadas por taxas de juro real negativas as empresas têm toda a vantagem em manter os seus níveis de endividamento.

QUADRO XXII

EXCEDENTE RELATIVO A DESPESAS FINANCEIRAS NA VARIANTE 3

10³ escudos

	EXCEDENTE	
	INTERNO	EXTERNO
VARIANTE 3	280697	-36844

As vantagens nominais (Quadro XXIII) relativas aos empréstimos de curto prazo são aqui, pela primeira vez, inferiores às vantagens reais devido ao facto de a variação das taxas de juro reais (2.1) ser superior à variação das taxas de juro quando se expressa a taxa de juro real de 1984 a preços de 1983 (1.5).

A explicação para o aparecimento de vantagens negativas para os prestamistas estrangeiros é a já expressa na análise da variante 1.

QUADRO XXIII

VANTAGENS RELATIVAS A DESPESAS FINANCEIRAS NA VARIANTE 3

10³ escudos

	VANTAGENS NOMINAIS		VANTAGENS REAIS	
	INTERNAS	EXTERNAS	INTERNAS	EXTERNAS
VARIANTE 3	397347	-6029	339378	-30852

Neste caso, as vantagens nominais são também negativas porque tendo sido o nível da inflação em 1984 superior ao de 1983 a taxa de juro real foi em 1984 menor que a de 1983.

As vantagens reais calculadas na variante 3 são menos negativas que as relativas à variante 1 em virtude de a consideração completa da inflação ter reduzido a variação das taxas de juro entre os dois anos.

Em comparação com os resultados obtidos nas variantes 1 e 2, pode-se concluir o seguinte:

- o excedente é muito menor que em qualquer dos casos anteriores pois os benefícios que a empresa pode retirar da utilização do capital emprestado são consideravelmente reduzidos pela depreciação monetária do mesmo;

- as vantagens auferidas pelos prestamistas são igualmente reduzidas, tanto em termos nominais como reais, em consequência da menor flutuação das taxas de juro reais relativamente às nominais.

4.2.8 - AMORTIZAÇÕES

As amortizações, cujo cálculo no final do exercício contabilístico obedece a diversos critérios nem sempre correctos do ponto vista económico, são no entanto associadas a uma remuneração relativa ao consumo do factor de produção equipamentos.

As amortizações deveriam assim corresponder à diminuição do valor dos equipamentos resultante, não só da sua utilização no decurso do ano mas igualmente de problemas de obsolescência face ao progresso tecnológico, permitindo deste modo a reconstituição do capital investido pela empresa na compra dos equipamentos.

O valor das amortizações a reter ficaria então bem determinado uma vez conhecidos os valores dos equipamentos, não fora o facto de as amortizações serem determinadas num certo ano para equipamentos comprados não apenas nesse ano mas também em anos anteriores e o preço desses equipamentos ter muito provávelmente variado em consequência da inflação e de uma variação de preços relativos resultante do progresso tecnológico.

Existem diversos critérios para o cálculo de amortizações, sendo o mais utilizado o do custo histórico que responde ao objectivo primeiro referido.

Do ponto de vista económico, tendo em atenção que as amortizações, mais do que reconstituir o capital investido deveriam permitir manter o património físico da empresa, afigura-se mais correcto o critério do custo de substituição. De acordo com este critério as amortizações devem permitir a compra de novo equipamento aos preços actuais e não apenas a reconstituição do valor dos equipamentos à data da sua compra.

Em qualquer dos casos, as amortizações são calculadas utilizando uma taxa de amortização que pode ser linear, progressiva ou regressiva.

A aplicação de um dos critérios atrás apresentados na dissociação do valor das amortizações em volume e preço implicaria o conhecimento do volume de cada bem de equipamento, isto é, do produto do valor de compra do bem pela relação entre o preço do mesmo bem no ano de cálculo da amortização e no ano de compra.

Dada a impossibilidade de obtenção dos dados referidos no parágrafo anterior, aplicando a empresa taxas de amortização lineares e dispondo-se da desagregação das imobilizações brutas (que correspondem ao valor reavaliado dos equipamentos utilizados pela empresa) por grupos com idêntica duração de vida, a dissociação dos valores das amortizações em volumes e preços foi feita tomando, como indicador de volume das mesmas, o valor das imobilizações brutas a preços constantes.

As imobilizações brutas consideradas em qualquer dos anos correspondem a 99% das imobilizações brutas totais da empresa. No entanto as amortizações respectivas correspondem apenas a 70,3% em 1983 e a 88% em 1984. Tal deve-se ao facto de serem levados à conta de amortizações os custos plurienais, que contêm os juros de capitais alheios empregues na compra de equipamento ainda não em funcionamento. A diferença entre as percentagens de 1983 e 1984 resultam provavelmente de uma redução no recurso ao crédito verificada neste ano.

A consideração do valor das imobilizações brutas a preços constantes tem como objectivo impedir a utilização de valores não comparáveis porque medidos em unidades diferentes (escudos de 1984 tem por efeito da inflação um poder de compra diferente de escudos de 1983).

O preço das amortizações em qualquer dos anos estudados será então igual ao quociente entre o valor das amortizações de um dado ano e o valor a preços constantes das imobilizações brutas do mesmo ano.

Esta solução é tida como adequada numa abordagem do método da conta de excedente em que mais do que um alto grau de precisão se pretende dar a conhecer o método e seus méritos.

A parcela do excedente gerada pelas amortizações e as vantagens nominais associadas foram assim determinadas:

$$\text{excedente} = \left(\frac{\text{imobiliz.brutas84}}{1 + i_{83}^{84}} - \text{imobiliz.83} \right) \frac{\text{amortiz.83}}{\text{imobil.brutas83}}$$

$$\text{vantagens} = \left(\frac{\text{amortizações84}}{\text{imob.brut.84}/(1+i_{83}^{84})} - \frac{\text{amortizações83}}{\text{imobiliz.brutas83}} \right) \frac{\text{imob.brutas84}}{1+i_{83}^{84}}$$

As vantagens reais são calculadas como habitualmente, corrigindo o preço de 1984 dos efeitos da inflação. O preço corrigido das amortizações será :

$$\frac{\text{amortizações84}/(\text{imobilizações brutas84}/1+i_{83}^{84})}{1+i_{83}^{84}} = \frac{\text{amortiz.84}}{\text{imob.brut.84}}$$

Este processo foi já seguido no cálculo do excedente e das vantagens relativas ao endividamento na variante B .

QUADRO XXIV

EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A AMORTIZAÇÕES

10³ escudos

	EXCEDENTE	VANTAGENS NOMINAIS	VANTAGENS REAIS
AMORTIZAÇÕES	259236	1959734	935032

4.3 - A CONTA DE EXCEDENTE - CONCLUSÕES

A conta de excedente apresenta de um modo global as relações da empresa com os demais agentes económicos.

Na elaboração desta conta, foram tomadas algumas opções quanto às variantes a considerar quer para o cálculo do excedente quer para a determinação das vantagens totais positivas e negativas. Salientam-se de seguida as opções feitas e as razões que as justificam.

Na rubrica das despesas com pessoal, foi retida, para efeitos de construção da conta de excedente, a variante 3 por se pensar ser a que melhor traduz a realidade, já que tem simultaneamente em conta os efeitos do absentismo e do trabalho extraordinário. Para não quebrar o equilíbrio contabilístico da conta de excedente, consideram-se as vantagens calculadas tendo em conta a remuneração total do trabalhador e não as vantagens analisadas quando se tratou a rubrica despesas com pessoal.

No que respeita à rubrica despesas financeiras teve-se em consideração a variante 2 visto ser a que melhor se compatibiliza com o modo como são tratadas as amortizações. Com efeito, sendo rubricas que têm a característica comum de não corresponderem apenas a transacções efectivas com o exterior no período estudado e com problemas particulares de escolha de indicador de volume daí decorrentes, pareceu correcto reter para ambas, variantes construídas com o mesmo tipo de indicador de volume - os valores do endividamento e das imobilizações brutas a preços constantes.

Visto não se poder afirmar a constância das taxas de imposto sobre o lucro, considerou-se mais correcto escolher a 2ª hipótese de tratamento do imposto sobre o lucro.

O resultado após imposto não é dissociado em volume e preço, o que corresponde a considerar um indicador de volume igual à unidade. A vantagem nominal relativa ao resultado será igual à diferença entre o resultado após imposto em 1984 e o mesmo resultado em 1983. A vantagem real tem em conta o resultado de 1984 deflacionado e calcula-se do mesmo modo que o valor nominal.

Há ainda que chamar a atenção para o facto de não terem sido integrados na conta de excedente os valores das parcelas do excedente e as vantagens negativas e/ou positivas relativas às trocas entre sectores no interior da empresa. Aparecendo estas trocas a débito de um sector e a crédito de outro, os seus valores necessariamente se anulam quando se toma a empresa no seu todo.

Obteve-se deste modo uma conta de excedente em que a débito se inscrevem os recursos de que a empresa dispôs no período estudado - vantagens negativas - e a crédito as aplicações desses mesmos recursos no mesmo período - excedente negativo e vantagens positivas.

Como é natural, a obtenção dos recursos e suas aplicações foram-se intercalando no decurso do período.

A diferença não significativa entre o débito e o crédito da conta de excedente (QUADROS XXV e XXVI), que deveria respeitar a igualdade contabilística, deve-se à adopção de algumas hipóteses simplificadoras no tratamento de certas rubricas e a arredondamentos efectuados.

Uma análise do excedente mostra terem sido as vendas de pastas e a variação de existências de produtos em curso as rubricas responsáveis pelo aparecimento de um excedente negativo.

Confrontada com uma procura cujo crescimento de 1983 para 1984 foi de 2%, a empresa optou por jogar numa alta de preços das pastas, aproveitando a perspectiva inflacionista sentida no mercado das pastas, tanto a nível nacional como internacional. Tal opção teve como consequência desvios de comércio para países como, por exemplo, a Suécia que se absteve de aumentar os seus preços. Daí a quebra no volume de vendas que está na origem da parcela negativa do excedente.

É opinião do conselho de gerência da Portucel ter sido aquela a melhor opção, já que o papel da empresa no mercado das pastas se bem que importante (2º maior produtor europeu de pastas e detentor de 60% da produção em Portugal), não é suficiente para lhe permitir um comportamento monopolista. O acréscimo da procura derivado de uma não subida dos preços seria provavelmente não significativo, traduzindo-se num resultado inferior ao obtido.

A parcela negativa relativa às existências de produtos em curso deve-se a uma redução da área plantada entre 1983 e 1984 que é consequência de uma crescente dificuldade na obtenção de terras.

Um plano tripartido de florestação acordado entre o Banco Mundial, a Portucel e o governo português em 1979 viu gorados os seus objectivos pelo não cumprimento da promessa de disponibilização de terrenos a que o último se tinha vinculado.

As dificuldades no arrendamento, fruto de limitações às parcerias agrícolas e dos prazos longos (45 anos) de arrendamento exigidos, e na compra de terrenos pelo facto de a oferta ser irregular e fortemente especulativa explicam também a redução na área plantada.

Uma utilização mais racional dos recursos disponíveis, traduzida por uma diminuição do volume da maior parte das rubricas relativas a factores de produção impediu que o excedente fosse ainda mais negativo.

No caso particular das despesas com pessoal, a situação constatada resulta de um importante esforço da empresa no sentido de melhorar a produtividade do trabalho mediante um reforço dos prémios de produtividade e de assiduidade, um esforço de reciclagem dos seus quadros e a reforma antecipada de um considerável número de trabalhadores. Esta última acção visou também permitir o rejuvenescimento da massa laboral da empresa a que se associa geralmente um nível técnico superior.

A redução das despesas financeiras é consequência de uma diminuição nos empréstimos a curto prazo e nos empréstimos ao exterior em virtude dos bons resultados e do fraco investimento em 1984. A redução dos empréstimos ao exterior foi considerada prioritária dada a tendência altista do dólar que os tornava particularmente onerosos.

A análise das vantagens e desvantagens a preços correntes (QUADRO XXIV) sofridas pelos parceiros da empresa aponta os clientes nacionais e estrangeiros (sobretudo de pastas e papel) como os principais prejudicados e únicos contribuidores para a formação do excedente a repartir. Os fornecedores, sobretudo para os sectores de pastas e papel, e os prestamistas, Bancos nacionais e estrangeiros, são os principais beneficiados na repartição do excedente.

As grandes desvantagens dos clientes derivam de uma forte alta dos preços praticados pela empresa, aproveitando uma conjuntura favorável nos mercados de pastas e papel.

Tanto fornecedores como prestamistas beneficiaram de uma conjuntura inflacionista que permitiu aos primeiros aumentarem substancialmente os preços em 1984 e aos segundos praticarem taxas de juro elevadas.

Os trabalhadores da empresa foram dos menos beneficiados em consequência de uma política de contenção de salários adoptada como forma de combater a inflação pela redução da despesa.

Mais curioso é o facto de a empresa ter arrecadado para si uma percentagem significativa do excedente a repartir (36%) pela via de constituição de amortizações e existências de produtos acabados e em curso e de um resultado líquido positivo. A quebra no volume de vendas em 1984, a valorização dos terrenos plantados, os avultados investimentos de manutenção exigidos pelo seu grande parque de máquinas (a Portucel é uma empresa capital intensiva) e o resultado favorável de 1984 comparativamente ao negativo de 1983, explicam esta repartição do excedente.

Comparando as contas de excedente a preços correntes (QUADRO XXV) e a preços corrigidos dos efeitos da inflação (QUADRO XXVI) verifica-se ter havido uma redistribuição do excedente a repartir que agora penaliza além dos clientes também certos fornecedores (fornecedores de produtos químicos para o sector de pastas, fornecedores do sector florestal e de serviços) por terem praticado aumentos de preços inferiores à inflação.

QUADRO XXV

CONTA DE EXCEDENTE DA EMPRESA - 1983/1984

a preços correntes

10³ escudos

VANTAGENS NEGATIVAS		EXCEDENTE	
clientes de pastas	10790568	venda de pastas	-812074
clientes de papel	3418628	venda de papel	433901
clientes de embalagem	1945116	venda de embalagem	113118
clientes da florestal	2334	venda de madeiras	8159
		variação existências	
	16156646	produtos acabados	238198
		produtos em curso	-1200811
			-1219509
		consumos p/a pastas	-127244
		consumos p/a papel	275039
		consumos p/a embalag.	-30647
		consumos secção florest.	63392
		fornecim.de terceiros	477405
		serviços de terceiros	428104
		impostos	32888
		despesas com pessoal	-110197
		despesas financeiras	-1693312
		amortizações	259236
			-425336
		TOTAL EXCEDENT.NEGATIVO -794173	
		VANTAGENS POSITIVAS	
		variação existências	
		produtos acabados	724757
		produtos em curso	417991
		forneced.p/a pastas	2921005
		forneced.p/a papel	1438652
		forneced.p/a embalag.	31868
		forneced.secção florest.	267294
		fornecim.de terceiros	320146
		serviços de terceiros	1063643
		Estado(impostos)	99101
		trabalhadores	1219455
		prestamistas	2227650
		amortizações	1959734
		resultados após impost.	2671188
		TOTAL VANTAGENS POSITIVA 15362484	
EXCEDENTE A REPARTIR	16156646	VANTAGENS REPARTIDAS	16156657

QUADRO XXVI

CONTA DE EXCEDENTE DA EMPRESA - 1983/1984

a preços corrigidos.

10³ escudos

DESvantagens		EXcedente	
clientes de pastas	1088078	venda de pastas	-812074
clientes de papel	5374988	venda de papel	433901
clientes de embalagem	688649	venda de embalagem	113118
clientes da florestal	42166	venda de madeiras	8159
forn.prod.quím.a pastas	451679	variação existências	
forn. da florestal	34120	produtos acabados	238198
forn.de serviços	41648	produtos em curso	-1200811
TOTAL DE DESvantagens	7721328		-1219509
		consumos p/a pastas	-127244
		consumos p/a papel	275039
		consumos p/a embalag.	-30647
		consumos secção florest.	63392
		fornecim.de terceiros	477405
		serviços de terceiros	428104
		impostos	32888
		despesas com pessoal	-110197
		despesas financeiras	-1693312
		amortizações	259236
			-425336
		TOTAL EXCEDENT.NEGATIVO	-7941731
		Vantagens	
		variação existências	
		produtos acabados	460671
		produtos em curso	166286
		forneced.p/a pastas	468897
		forneced.p/a papel	655059
		forneced.p/a embalag.	1002204
		fornecim.de terceiros	29884
		Estado(impostos)	39423
		trabalhadores	57779
		prestamistas	926010
		amortizações	935032
		resultados após impost.	2185923
		TOTAL Vantagens	6927168
EXCEDENTE A REPARTIR	7721328	Vantagens REPARTIDAS	7721341

4.4 - Extensões

Ao elaborar o presente trabalho a autora foi por vezes confrontada com algumas vias possíveis de extensão do mesmo que por serem interessantes se sublinham de seguida.

(i) Uma dessas extensões consistiria na aplicação do método a um período mais longo da vida da empresa, com vista a analisar as relações entre a evolução da estratégia da empresa e a evolução da forma como se processou a formação e repartição do excedente. O estudo de um período suficientemente longo permitiria ainda relacionar essas evoluções com a evolução das políticas definidas pelos vários governos para o sector público, tendo devidamente em conta os "lags" que sempre existem entre essas políticas e os seus efeitos.

A principal dificuldade no prosseguimento desta via deriva do facto de a Portucel ter resultado da fusão, em 1975, de um conjunto de empresas nessa altura ligadas à produção e comercialização de pastas, papel e embalagens, que só muito lentamente tem vindo a conseguir uniformizar as suas contabilidades. Por essa razão, os procedimentos de gestão e nomeadamente o plano de contas tem vindo a sofrer sucessivas alterações.

Uma vez que o método da conta de excedente se baseia em dados de natureza contabilística, as alterações do plano de contas afectam, obviamente a sua aplicação. Com efeito, as alterações no conteúdo das contas da conta de demonstração de resultados líquidos tornariam pouco rigorosos os resultados dessa aplicação, na medida em que estes estariam dependentes de uma escolha fortemente arbitrária de critérios de compatibilização de dados dos vários anos.

(ii) Outra via de extensão do método consistiria em efectuar uma análise mais detalhada da repartição do excedente entre os trabalhadores da empresa, tendo por objectivo testar a confirmação de hipóteses sobre alguns factores condicionantes dessa repartição, tais como: sexo, nível de instrução, tempo de permanência na empresa, etc...

Esta via só poderá no entanto ser explorada se existir informação aprofundada, nomeadamente dados sobre horas trabalháveis, trabalhadas e extraordinárias, remunerações totais e encargos obrigatórios, por escalões de cada uma daquelas variáveis ou por escalões de enquadramento salarial. Neste caso seriam ainda necessários dados que fornecessem uma ideia da repartição percentual dos trabalhadores por sexo, níveis de instrução e tempo de casa para cada escalão.

Este tipo de informação não é habitualmente recolhido pela empresa.

(iii) Um maior rigor na aplicação do método implicaria por outro lado a realização de estudos tendentes à determinação de amortizações económicas mediante estimação do capital fixo produtivo e da duração de vida real dos equipamentos.

(iv) Interessante seria também a implementação de uma variante que utilizasse como método de correcção dos dados contabilísticos a reter a deflacção por aplicação de uma contabilidade a custos actuais tal como é referida por NEVES(1983).

BIBLIOGRAFIA

- BABEAU, André (1964) "Elasticité de substitution entre facteurs, répartition et croissance", Revue Économique, Novembre, págs. 942 a 987
- BABEAU, André (1967) "De la prévision des prix - à propos de l'article de L-A. Vincent" Revue Économique, Mai, págs. 396 a 401
- BENETTI, Carlo (1978) Valor e repartição, colecção Temas de Economia, nº1, Ed. Centelha
- BLOCH-LAINÉ, F. & PERROUX, F. (1967) L'entreprise et l'économie du XX siècle, Tomo I, Editions P.U.F., Paris
- CALAN, Pierre de (1963) Renaissance des libertés économiques et sociales, Edition Plon, Paris
- CASTA, J-F. (1980) "La méthode des comptes de surplus - application au contrôle de gestion" Cahier de recherches nº7901, Centre de Recherches Sur La Gestion, Université Paris-Dauphine
- C.E.R.C. (1969) "Surplus de productivité globale et comptes de surplus", document nº1, 1º trimestre
- C.E.R.C. (1969) "Productivité globale et comptes de surplus de la S.N.C.F.", document nº 3/4, 3º e 4º trimestres
- C.E.R.C. (1972) "Productivité globale et comptes de surplus d'électricité de France", document nº13, 1º trimestre
- C.E.R.C. (1979) "Croissance et surplus de productivité", chapitre II, document nº51, trimestre
- C.E.R.C. (1980) "Productivité globale et comptes de surplus", document nº55/56, 3º e 4º trimestres
- COURBIS, R. (1964) "Comptes économiques nationaux à prix constants". Études et Conjonctures, nº7 julho, págs. 5 a 76
- COURBIS, R. (1968) "Productivité globale des facteurs, prévision des prix et politique des revenus" Revue Économique, Juillet, págs. 563 a 606

- COURTHÉOUX, J.-P. (1974) La politique des revenus, éd. P.U.F., Paris
- DAYRE, Jean (1967) "Qu'est-ce au juste que la productivité ?" Revue D'Économie Politique, Mars-Avril, pags. 219 a 225
- DIETERLEN, P. (1959) "Un problème actuel - la répartition du revenu national", Revue Économique, Janvier, pags. 73 a 92
- DOMAR, Evsey D. (1962) "On total productivity and all that" Journal of Political Economy, December, pags. 597 a 608
- FLUET, C. & (1983) "Gains de productivité globale, prix relatifs et rémunérations des facteurs dans les industries manufacturières au Québec", L'actualité Économique - Revue D'Analyse Économique, vol. 59, n°4, December
- LEFEBVRE, P.
- FRIEDMAN, Lee S. (1985) Microeconomic policy analysis, MacGrawhill
- GALBRAITH, J. K. (1967) The new industrial state, Ed. Hamilton, London
- GREEN, H.A.J. (1977) "Aggregation problems of macroeconomics" in Microeconomic foundations of macroeconomics, Ed. G. C. Harcourt, Macmillan Press Ltd, London
- HARTLEY, K. & (1981) Microeconomic policy, Ed. John Wisley & Sons, U.S.A.
- TISDELL, C.
- HOUERY, N. (1974) Application de la P.G.F. et de la méthode des comptes de surplus à l'entreprise privée, Thèse de 3ème cycle, Université de Paris
- LECAILLON, J. (1964) "L'évolution de la répartition des revenus dans l'économie française", Revue Économique, Novembre, pags. 881 a 913
- LECAILLON, J. (1984) Income distribution and economic development, I.L.O.
- PAUKERT, F.
- MORRISON, Ch. &
- GERMIDIS, D.
- LEONARD, J. (1980) La répartition macroéconomique des revenus - l'enjeu des thèses de Cambridge, Economica, Paris

- LHOMME, J. (1952) Contributions à une théorie réaliste de la répartition, Ed. Armand Colin, Paris
- MARCHAL, J. & all
- KENDRICK, J.W. & (1963) "Factor prices, productivity, and economic growth", American Economic Review, December
SATO, R. pags. 974 a 1003
- KLEIMAN, E; (1966) "The relationship between two measures
HALEVI, N. & of total productivity", The Review of
LEVHARI, D. Economics and Statistics, August,
pags. 345 a 347
- MAIRESSE, J. (1971) "L'estimation du capital fixe productif.
Méthode chronologique", Économie et Sta-
tistique n°25, pags. 33 a 55
- MAITRE, P. (1976) "Applications du modèle des surplus dans
les entreprises- surplus de productivité
technologique et surplus d'expansion",
Revue Économique, Janvier, pags. 122 a 141
- MALINVAUD, E. & (1977) "Some concepts for the microeconomic foun-
YOUNÉS, Y. dations of macroeconomics", in Microecono-
mic foundations of macroeconomics, Ed. G.C.
Harcourt, Macmillan Press Ltd, London
- MARCHAL, J. & (1955) La répartition du revenu national, tome I,
LECAILLON, J. Ed. M.-TH. Génin, Paris
- MARCHAL, J. (1959) "La théorie de la répartition du revenu
national et les catégories de capi-
talistes", Revue Économique, Janvier,
pags. 1 a 21
- MARTORY, B. (1976) "La méthode du surplus de productivité
comme outil du contrôle de gestion", T.E.
n°78, Mars, pags. 83 a 89
- MELKA, R. (1973) "Connaître la répartition des revenus",
Économie et Humanisme, November-December,
pags. 56 a 66
- MASSÉ, P. & (1969) Les dividendes du progrès, éd. du Seuil,
BERNARD, P. Paris
- NADIRI, M. Ishaq (1970) "Some approaches to the theory and
measurements of total factor produ-
ctivity", Journal of Economic Literature,
vol. 8, n°4, December, pags. 1137 a 1177

- NEVES, J.H. (1983) A correção dos efeitos da inflação nos resultados e no balanço da empresa, edição do Departamento de Promoção-B.E.S.C.L.
- OSDCHAYA, I. (1977) De Keynes à síntese neo-clássica - uma análise crítica, Prelo, Lisboa
- PERRIN, J. (1975) "Comptes de surplus - pour un nouveau tableau de bord de l'entreprise", Revue Française de Gestion, Novembre, págs.43 a 48
- ROY, J-L. (1977) "Un nouvel outil de la stratégie sociale - le surplus", Revue Française de Gestion, Novembre, págs.62 a 72
- SEGURA, J. (1977) "Some issues on firm behaviour in light of microeconomic foundations of economics", in Microeconomics foundations of macroeconomics, Ed. G. C. Harcourt, Macmillan Press Ltd, London
- SILVA, M.(org.) (1983) Desenvolvimento Económico e Repartição do Rendimento, Ed. Estampa, Lisboa
- SIMONIN, J-P. & (1977) "Le surplus de productivité globale et la norme d'efficacité intersectorielle", Revue Économique, vol.XXVII, n°4, Juillet, págs.596 a 626
- BANDT, J.de
- STREISSLER, E. (1977) "What kind of microeconomic foundations of macroeconomics are necessary?", in Microeconomic foundations of macroeconomics, Ed.G.C.Harcourt, Macmillan Press Ltd, London
- TEMPLÉ, P. (1971) "La méthode des surplus - un essais d'application aux comptes des entreprises(1959-1967)", Économie et Statistique, n°29, Decembre, págs.33 a 50
- TEMPLÉ, P. (1974) "Répartition des gains de productivité et hausse des prix de 1959 a 1973", Économie et Statistique, n°59, Septembre, págs.33 a 42
- TRUEL, J-L. (1979/80) "Un outil de gestion à la française: les comptes de surplus", Harvard-L'Expansion, Hiver
- VINCENT, L-A. (1965) "De la mesure de la productivité aux problèmes généraux de gestion économique", Revue Économique, Novembre, págs.879 a 924

- VINCENT, L-A. (1967) "Les relations entre productivité et prix relatifs au niveau des branches - économie française, 1949-1963", Revue économique, Mai, pags. 374 a 395
- VINCENT, L-A. (1968) "Vers une théorie unifiée des échanges internationaux", Revue économique, Janvier, pags. 43 a 85
- VINCENT, L-A. (1969) "Fonctions de production et formules de productivité", Revue économique, Janvier, pags. 1 a 36
- VINCENT, L-A. (a) (1969) "A propos d'un article de R. Courbis", Revue économique, Janvier, pags. 141 a 147
- VINCENT, L-A. (b) (1969) "La productivité globale clé de l'étude de la répartition", Revue économique, Septembre, pags. 783 a 829
- VINCENT, L-A. (1971) "Indices et surplus de productivité globale - études méthodologiques comparative", Revue économique, Janvier, pags. 1 a 42
- WALLISER, B. (1977) "Analyse comparative des deux surplus - surplus microéconomique et surplus de productivité globale des facteurs", Revue économique, Mars, pags. 252 a 261
- WOOT, P. (1970) Stratégie et management, Col. La vie de l'entreprise, Dunod - Économie, Bordas, Paris

ANEXOS

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS GERADAS PELAS VENDAS E CEDENCIAS

PRODUTOS	QUANTIDADES (TON.)		VARIACAO		PREÇOS CORRENTES		VARIACAO		PREÇO		VARIACAO		EXCEDENTE	VANTAGENS	VANTAGENS
	1983	1984			1983	1984	DE PREÇO		1984		DE PREÇO				
1. PASTAS					escudos	escudos	escudos				escudos		10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos
MERCADO INTERNO															
PINHO															
crua	15634	5232	-10402		26249	34713	8464		27637.74		1388.74		-273042.1	44283.65	7265.89
semi-branca	19415	12891	-6524		33853	50057	16204		39854.3		6001.3		-220856.97	208885.76	77382.76
EUCALIPTO															
crua	3410	3078	-332		21052	33288	12236		26503.18		5451.18		-6989.26	37662.41	16778.73
semi-branca	1543	7288	5745		24460	39464	15004		31420.38		6960.38		140522.7	109349.15	50727.25
branca	40122	30718	-9404		27513	40715	13202		32416.4		4903.4		-258732.25	405539.04	150622.64
MERCADO EXTERNO															
PINHO															
crua	80256	60133	-20123		27561	48026	20465		38237.26		10676.26		-554610	1230621.85	641995.54
EUCALIPTO															
crua	957	89	-868		21892	48270	26378		38431.53		16539.53		-19002.26	2347.64	1472.02
semi-branca	3053	0	-3053		28563	0	-28563		0		-28563		-87202.84	0	0
branca	293216	297904	4688		38529	65201	26672		51911.62		13382.62		180623.95	7945695.49	3966736.03
2. PAPEL															
MERCADO INTERNO															
kraftliner	19061	20609	1548		31130	48183	17053		38362.26		7232.26		48189.24	351445.28	149049.65
kraftsacos	21249	28933	7684		38963	61247	22284		48763.54		9800.54		299391.69	644742.97	283559.02
kraft semi-branca	1651	2370	719		52460	77317	24657		61558.12		9098.12		37718.74	58911.09	21562.94
sacos	8064	6696	-1368		56388	79864	23476		63585.99		7197.99		-77138.78	157195.3	48197.74
MERCADO EXTERNO															
kraftliner	122171	125544	3373		37862	55166	17304		43921.97		6059.97		127708.53	2172413.38	760792.87
kraftsacos	5087	5040	-47		41875	48605	6730		38698.25		-3176.75		-1568.13	33919.2	-16010.82
3. DIBALAGEM															
MERCADO INTERNO															
cartão canelado (7m)	112720	111752	-968		30000	44925	14925		35768.31		5768.31		-29040	1667898.6	644620.18
pranchas (7m2)	5560	11658	6098		24386	35710	11324		28431.53		4045.53		148705.83	132015.19	47162.79
simple-face	863.1	744	-119.1		28818	39898	11080		31765.92		2947.92		-3432.22	8243.52	2193.25
sub-produtos	34.6	177.5	142.9		34855	18896	-15959		15044.59		-19810.41		4980.78	-2832.72	-3516.35
MERCADO EXTERNO															
cartão canelado	18151	17890	-261		31020	38834	7814		30918.79		-101.21		-8096.22	139792.46	-1810.65
4. SETOR FLORESTAL															
CEDENCIAS															
CDTROS FABRIS															
eucalipto	294572	242173	-12399		1424.95	2000	575.05		1592.36		167.41		-17667.96	139261.58	40542.18
pinho	28485	5385	-23100		897.1	1301.95	404.85		1036.58		139.48		-20723.01	2180.12	751.1
SERRAÇÃO FPMALICAO															
eucalipto	32	0	-32		1156.25								-37		
VENHAS															
eucalipto	80	14	-66		862.5	571.43	-291.07		454.96		-407.54		-56.93	-4.07	-5.71
pinho	11283	4210	-7073		1145.44	1700.71	555.27		1354.07		208.63		-8101.7	2337.69	878.33

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS GERADAS PELAS EXISTENCIAS

VARIACAO DE EXISTENCIAS	QUANTIDADES			PREÇOS CORRENTES			PREÇO CORRIGIDO			EXCEDENTE	VANTAGENS NOMINAIS	VANTAGENS REAIS
	1982	1983	1984	1982 escudos	1983 escudos	1984 escudos	1983 escudos	1984 escudos	1984 escudos			
PASTAS (ton.)												
PINHO												
crua	34007	10592	23523	13604.58	16235.93	23081.28	13082.94	18376.82	318551.27	133151.91	55885.24	
semi-branca	936	1676		27147.44	33765.51		27208.31		-20089.1	-11091.9		
EUCALEPTO												
crua	4163	413	2040	15387.94	19542.37	25661.76	15747.28	20431.34	57704.78	10767.78	1665.09	
semi-branca	4059	808		26268.79	25389.85		20459.19					
branca	39542	45191	42639	22266.43	26567.5	33963.77	21408.14	27041.22	-125783.04	120999.3	58985.92	
PAPEL (ton.)												
kraftliner	13512	14174	15836	19535.3	23903.84	46371.18	19261.76	36919.73	-12932.37	293873.19	209996.83	
kraftsacos	2467	3694	1566	23542.36	26621.01	34633.46	21451.26	27574.41	-28886.47	1174.96	9217.56	
kraftsemi-branca	3662	2643	2389	34245.77	39330.68	77103.81	31692.73	61388.38	34896.44	76800.59	59443.53	
sacos	128	412	462	36710.94	42856.8	69569.26	34534.09	55389.54	-10425.91	9809.06	6686.99	
DBALAGEM (ton.)	3796	4025	4629	10702.32	12456.65	30871.25	10037.59	24579.02	5072.99	78180.01	58789.99	
EXISTENCIAS EM CURSO(ha)												
em plantação	7030	8517	7747	490287	612668	801168	493688.96	637872.61	1200811.1	417990.52	166285.63	

FONTE: S.I.G.s de Marketing de Dez.82, Dez.83 e Dez.84 e 3º movimento do balancete da conta consolidada para os mesmos anos

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS GERADOS PELOS CONSUMOS DO SECTOR FLORESTAL

		QUANTIDADES (ha)		PREÇOS CORRENTES		VARIACAO		PREÇO		VARIACAO		EXCEDENTE		VANTAGENS		VANTAGENS
CONSUMOS	1983	1984	VARIACAO	1983 escudos	1984 escudos	DE PREÇO escudos		1984		DE PREÇO escudos		10 ³ escudos		10 ³ escudos		REAIS
TERRENOS ANGAARIADOS																
comprados	7043	7742	699	29977	42725	12748		34016,72		4039,72		20953,92		98695,02		31275,51
arrendados	1541	795	-746	1041	928	-113		738,85		-302,15		-776,59		-89,84		-240,21
CONSERVACAO	39449	50346	10897	7546	7287	-259		5801,75		-1744,25		82228,76		-13039,61		-87816,01
FLORESTACAO																
preparação	7194	7094	-100	36661	47085	10424		37488,06		827,06		-3666,1		73947,86		5867,16
terraciamento	2430	2123	-307	45003	55873	10870		44484,87		-518,13		-13815,92		23077,01		-1099,99
ripagem	4721	4559	-162	32655	43364	10709		34525,48		1870,48		-5290,11		48822,33		8527,52
outros	43	12	-31	5121	24694	19573		19660,83		14539,83		-158,75		234,88		174,48
PLANTACAO	8517	7747	-770	11283	15832	4549		12605,1		1322,1		-8687,91		35241,1		10242,31
FERTILIZACAO	2764	1318	-1446	5114	5422	308		4316,88		-797,12		-7394,84		405,94		-1050,6

FONTE: S.I.G.s da empresa

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS GERADAS PELOS CONSUMOS DO SECTOR DE FABRICO DE PASTAS

CONSUMOS FABRICO PASTAS	1983	QUANTIDADES		VARIACAO	PREÇOS CORRENTES		VARIACAO DE PREÇO	PREÇO CORRIGIDO		VARIACAO DE PREÇO	EXCEDENTE	VANTAGENS NOMINAIS	VANTAGENS REAIS
		1984			1983 escudos	1984 escudos		1984 escudos			10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos
EXTERNOS													
MADEIRAS(estères)	2718988	2680467	-38521	1300.21	1740.7	440.49	1385.91	85.7	-50085.39	1180718.91	229716.02		
PRODUTOS QUIMICOS(Kg)													
sulfato sódio	27293804	26224627	-1069177	14	17.99	3.99	14.32	.32	-14968.48	104636.26	8391.88		
soda cáustica(lix.)	5401288	7143932	1742644	32.12	40.18	8.06	31.99	-1.13	55973.73	57580.09	-928.71		
soda cáustica(bran.)	12141332	11554632	-58670	34.31	40.03	5.72	31.87	-2.44	-20130.02	66032.44	-28133.28		
calcarío	2787335	2621217	-166118	1.12	1.35	.23	1.07	-.05	-186.05	602.88	-131.06		
cloro	12004885	10833238	-1171647	13.65	17.59	3.94	14	.35	-15992.98	42682.96	3791.63		
hipoclorito de sódio	605042	357954	-247088	49.78	50.39	.61	40.12	-9.66	-12300.04	218.35	-3457.84		
anti-espuma	70090	59250	-10840	127.26	142.58	15.32	113.52	-13.74	-1379.5	907.71	-814.1		
carbonato sódio	15000	0	-15000	9.73	0	-9.73	0	-9.73	-145.95	0	0		
COMBUSTIVEIS(Kg)													
fuel	22720183	22246018	-474165	18.7	25.27	6.57	20.12	1.42	-8866.89	146156.34	31589.35		
INTERNOS													
PRODUTOS QUIMICOS(Kg)													
hipoclorito sódio	595679	679331	83652	56.38	68.38	12	54.44	-1.94	4716.3	8151.97	-1317.9		
dióxido	11441365	11895741	454376	49.98	63.99	14.01	50.95	.97	22709.71	16659.33	11538.87		
clorato	8383918	9181546	797628	48.99	54.7	5.71	43.55	-5.44	39075.8	52426.63	-49947.61		
ENERGIA													
vapor (Gcal)	1312997	1231768	-81229	1050.95	1688.26	637.31	1344.16	293.21	-85367.62	785018.06	361166.7		
electricidade(Kwh)	226978233	220093489	-6884744	1.55	.99	-.56	.79	-.76	-10671.35	-123252.35	-167271.05		
água(m³)	46850019	45937614	-912405	.97	.34	-.63	.27	-.7	-885.03	-28940.7	-32156.33		
fuel central(Kg)	83431089	81682708	-1748381	19.27	24.94	5.67	19.86	.59	-33691.3	463140.95	48192.8		

FONTE: S.I.G.s da empresa

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS GERADAS PELOS CONSUMOS DO SECTOR DE FABRICO DE PAPEIS

	QUANTIDADES		PREÇOS CORRENTES		VARIACAO		PREÇO CORRIGIDO		VARIACAO		EXCEDENTE		VANTAGENS		VANTAGENS	
	1983	1984	1983	1984	escudos	escudos	escudos	escudos	escudos	escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos
CONSUMOS FABRICO PAPEIS																
EXTERNOS																
MATERIAS PRIMAS																
madeira de pinho(st)	846971	788434	-5837	1191.57	1841.22	649.65	1465.94	274.37	-69750.93	512206.15	216322.64					
madeira eucalipto(st)	168292	235490	67198	1181.52	1741.38	559.86	1886.45	204.93	79395.78	131841.43	48298.97					
papéis velhos(ton.)	38478	51310	12832	7144.99	10509.47	3364.48	8367.41	1222.42	91684.51	172631.47	62722.37					
PRODUTOS QUIMICOS(Kg)																
sulfato sódio	4780200	4276947	-503253	15.04	19.11	4.07	15.21	.17	-7568.93	17407.17	727.08					
rescolta	782093	981205	199112	29.6	31.94	2.34	25.43	-4.17	5893.72	2296.02	-4091.62					
soda cáustica(lix.)	1310354	1800755	490401	34.08	41.31	7.23	32.89	-1.19	16712.87	13019.46	-2142.9					
sulfato alumínio	2965931	2889277	-76654	19.08	26.39	7.31	21.01	1.93	-1462.56	21120.61	5576.3					
emp-re-pu	85635	70900	-14735	42.66	67.22	24.56	53.52	10.86	-628.6	1741.3	769.97					
fluido/ten-o-film	777730	960585	182855	41.73	54.28	12.55	43.22	1.49	7630.54	12055.34	1431.27					
COMBUSTIVEIS(Kg)																
fuel	14409495	16856076	2446581	18.92	25.27	6.35	20.12	1.2	46289.31	107036.08	20227.29					
petróleo	35855	33765	-2090	41.67	55.15	13.48	43.91	2.24	-87.09	455.15	75.63					
INTERNOS																
MATERIAS PRIMAS (Kg)																
pinho cru liquido	34617	40101	5484	11353.35	16850.8	5497.45	13416.24	2062.89	62261.77	220453.24	82723.95					
pinho cru fardos	3675	2674	-1001	12970.88	17636.71	4725.83	14089.74	1118.86	-12983.85	12636.87	2991.83					
eucalipto cru liquida	738	39	-699	10380.62	10666.67	360.44	8492.57	-1813.66	-7204.05	14.06	-70.73					
pinho semi-branco	2670	3796	1126	19661.42	29970.76	10309.34	23862.07	4200.65	22138.76	39134.25	15945.67					
eucalipto branco	2274	3123	849	18191.29	24923.15	6731.86	19843.27	1651.98	15444.41	21023.6	5159.13					
papel ks	8274	0	-8274	17727.22	0	-17727.22	21655.9	-17727.22	-146675.02	0	0					
papel ka	91.9	6436	6344.1	14683.35	27199.81	12516.46	25161.04	6972.55	93152.64	80555.94	44875.33					
papel kse	90.2	88	-2.2	23456.76	31602.27	8145.51	1886.17	1704.28	-51.6	716.8	149.98					
nos mista liquida	383	2488	2105	1793.73	2367.77	574.04	1886.17	91.44	3775.8	1428.21	227.5					
nos mista fardos	1542	423	-1119	1964.98	1810.87	-154.11	1441.78	-523.2	-2198.81	-65.19	-221.31					
outras pastas	2421	6295	3874	7282.11	4248.29	-3033.82	3382.4	-3899.71	28210.89	-19097.9	-24548.67					
outras materias primas	2263	3957	1694	9032.26	12960.25	3927.99	10318.67	1286.41	15300.65	15543.06	5090.32					
ENERGIA																
vapor(Gcal)	415461	453306	37845	1298.79	2120.24	821.45	1688.09	389.3	49152.71	372368.21	176472.03					
eletricidade(Kwh)	122204120	158040790	35836670	2.72	3.32	.6	2.64	-.08	97475.74	94824.47	-12643.26					
agua(m³)	8217445	8348200	130755	1.31	1.08	-.23	.86	-.45	171.29	66368.84	-3756.69					
fuel central(Kg)	38822264	36667866	-2154398	18.45	20.26	1.81	16.13	-2.32	-39748.64	66368.84	-85069.45					
tail-oil(Kg)	477000	642000	165000	3.28	4.25	.97	3.38	.1	541.2	622.74	64.2					

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS GERADAS PELOS CONSUMOS DO SECTOR DE EMBALAGEM

CONSUMOS PARA EMBALAGEM	QUANTIDADES		VARIACAO	PREÇOS CORRENTES		VARIACAO DE PREÇO	PREÇO CORRIGIDO	VARIACAO DE PREÇO	EXCEDENTE	VANTAGENS NOMINAIS	VANTAGENS REAIS
	1983	1984		1983 escudos	1984 escudos		1984 escudos				
EXTERNOS											
MATERIAS PRIMAS (ton.)											
sk(Setúbal)	2766,3	2954	187,7	15103,2	13873,26	-1229,94	11045,59	-4057,61	2834,87	-3633,24	-11986,18
papel-Mourão	1967	1480	-487	18525,17	38017,57	19492,4	30268,77	11743,6	-9021,76	28848,75	17380,53
papel-Cacia	3	30	27	21000	32266,67	11266,67	25690,02	4690,02	567	338	140,7
papel-setúbal	85	68	-17	13152,94	21911,76	8758,82	17445,67	4292,73	-223,6	595,6	291,91
papel-Exterior	26	95	69	21346,15	33978,95	12632,8	27053,3	5707,15	1472,88	1200,12	542,18
kraftliner	4015	3085	-930	12791,53	23616,21	10824,68	18802,71	6011,18	-11896,12	33394,14	18544,49
prancha	112050	109491	-2559	10895,81	25540,99	14645,18	20335,18	9439,37	-27882,38	1602615,4	1033526,06
outras matérias primas	1013	3271	2258	15713,03	25191,96	9478,93	20057,29	4344,26	35480,02	31005,58	14210,07
PRODUTOS QUÍMICOS											
amido	681197	400444	-280753	39,68	50,47	10,79	40,18	.5	-11140,28	4320,79	200,22
cola	5362	2441	-2921	42,32	56,49	14,17	44,98	2,66	-123,62	34,59	6,49
INTERNOS											
MATERIAS PRIMAS (Kg)											
papel-on	1993	0	-1993	10942,3	0	-10942,3	0	-10942,3	-21808	0	0
papel ksb	419	426	7	24147,97	62589,2	38441,23	49832,17	25684,2	169,04	16375,96	10941,47
outras matérias primas	1013	1391	378	14895,36	10367,36	-4528	8254,27	-6641,09	5630,45	-6298,45	-9237,76
ENERGIA											
vapor(Bcal)	8599,7	12983,8	4384,1	2050	3395,18	1345,18	2703,17	653,17	8987,41	17465,55	8480,63
electricidade(Kwh)	918636	489681	-428955	1,99	1,83	-.16	1,46	-.53	-853,62	-78,35	-239,53
água(m³)	4634	0	-4634	.86	0	-.86	0	-.86	-3,99	0	0
fuel central(Kg)	258951	6521	-252430	18,84	25	6,16	19,9	1,06	-4755,78	40,17	6,91

FONTE: S.I.G.s da empresa

CALCULO DO EXCEDENTE GERADO PELAS DESPESAS COM PESSOAL

VARIANTE 1

NAS DIVERSAS VARIANTES

DESPESAS COM PESSOAL	HORAS TRABALHÁVEIS			SALARIO HORA 1983 10 ³ escudos	EXCEDENTE 10 ³ escudos
	1983	1984	VARIAÇÃO		
Centro Fabril Viana	1334	1300	-34	332.76	-11313.84
Centro Fabril Cacia	3140	3058	-82	366.71	-30070.22
Centro Fabril Setúbal	2205	2140	-65	365.97	-23788.05
Centro Fabril Rodão	998	982	-16	326.65	-5226.4
Direcção Embalagem	2750	2715	-35	293.84	-10284.4
Direcção Florestal	1999	1950	-49	216.96	-10631.04
Serviços Centrais	643	658	15	469.82	7047.3

FONTE: Relatórios da Secção de Pessoal

VARIANTE 2

DESPESAS COM PESSOAL	HORAS TRABALHADAS			SALARIO HORA 1983 10 ³ escudos	EXCEDENTE 10 ³ escudos
	1983	1984	VARIAÇÃO		
Centro Fabril Viana	1204	1209	5	368.69	1843.45
Centro Fabril Cacia	2861	2786	-75	402.48	-30186
Centro Fabril Setúbal	1892	1872	-20	426.51	-8530.2
Centro Fabril Rodão	912	917	5	357.45	1787.25
Direcção Embalagem	2475	2473	-2	326.49	-652.98
Direcção Florestal	1817	1793	-24	238.69	-5728.56
Serviços Centrais	582	596	14	519.06	7266.84

FONTE: Relatórios da Secção de Pessoal

VARIANTE 3

DESPESAS COM PESSOAL	HORAS TRABALHADAS + EXTRAORDINARIAS			SALARIO HORA 1983 10 ³ escudos	EXCEDENTE 10 ³ escudos
	1983	1984	VARIAÇÃO		
Centro Fabril Viana	1236	1261	25	359.15	8978.75
Centro Fabril Cacia	2986	2864	-122	385.63	-47046.86
Centro Fabril Setúbal	2010	1949	-61	401.47	-24489.67
Centro Fabril Rodão	947	933	-14	344.24	-4819.36
Direcção Embalagem	2566	2498	-68	314.92	-21414.56
Direcção Florestal	1884	1802	-82	237	-19434
Serviços Centrais	613	609	-4	492.81	-1971.24

FONTE: Relatórios da Secção de Pessoal

VARIANTE 1

FONTE: Relatórios da Secção de Pessoal

VARIANTE 2

FONTE: Relatórios da Secção de Pessoal

VARIANTE 3

DESPESAS COM PESSOAL	HORAS TRABALHADAS + EXTRAORDINARIAS		SALARIO HORA		SALARIO HORA CORRIGIDO		VARIACAO		VANTAGENS		VANTAGENS	
	1983	1984	1983	1984	1983	1984	103 escudos	103 escudos	103 escudos	103 escudos	103 escudos	103 escudos
Centro Fabril Viana	1236	1261	25	288.7	353.52	64.82	281.46	-7.24	81738.02	-9129.64		
Centro Fabril Cacia	2986	2864	-122	308.71	399.19	90.48	317.83	9.12	259134.72	11927.88		
Centro Fabril Setubal	2010	1949	-61	318.72	408	89.28	324.84	6.12	174006.72	5196.81		
Centro Fabril Rodão	947	933	-14	278.38	356.64	78.26	283.95	5.57	73016.58	-324.74		
Direcção Embalagem	2566	2498	-68	251.96	316.3	64.34	251.83	-13	160721.32	1549.72		
Direcção Florestal	1884	1802	-82	178.16	224.85	46.69	179.02	.86	84135.38	5621.07		
Serviços Centrais	613	609	-4	391.9	503.82	111.92	401.13	9.23	68159.28			

REMUNERAÇÃO TOTAL TRABALHADOR

DESPESAS COM PESSOAL	HORAS TRABALHADAS + EXTRAPRODUTIVARIAS			VARIACAO	1983		1984		VARIACAO	SALARIO HORA		VARIACAO	SALARIO HORA CORRIGIDO		VARIACAO	SALARIO HORA		VARIACAO	SALARIO HORA		VARIACAO	SALARIO HORA		VARIACAO
	1983	1984			10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos		10 ³ escudos	10 ³ escudos		10 ³ escudos	10 ³ escudos		10 ³ escudos	10 ³ escudos		10 ³ escudos	10 ³ escudos		10 ³ escudos	10 ³ escudos	
Centro Fabril Viana	1236	1261	25	359.15	447.92	88.77	356.62	-2.53	111938.97	-3190.33														
Centro Fabril Cacia	2886	2864	-122	385.63	505.4	119.77	402.39	16.76	343021.28	48000.64														
Centro Fabril Setúbal	2010	1949	-61	401.47	508.9	107.43	405.18	3.71	203881.07	7230.79														
Centro Fabril Rodão	947	933	-14	344.24	440.52	96.28	350.73	6.49	89829.24	6055.17														
Direcção Empalagem	2566	2498	-68	314.92	396.33	81.41	315.55	.63	203362.18	1573.74														
Direcção Florestal	1884	1802	-82	237	294.91	57.91	234.8	-2.2	226653.56	-1339.22														
Serviços Centrais	613	609	-4	492.81	618.59	125.78	492.51	-.3	35267.19	-544.27														

FONTE: Relatórios da Secção de Pessoal

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS AOS IMPOSTOS

IMPOSTOS	VOLUMES		VARIACAO	PREÇOS CORRENTES		VARIACAO DE PREÇO DE PREÇO	PREÇO CORRIGIDO 1984	VARIACAO DE PREÇO DE PREÇO	EXCEDENTE 10 escudos	VANTAGENS NOMINAIS 10 escudos	VANTAGENS REAIS 10 escudos
	1983	1984		1983 escudos	1984 escudos						
IMPOSTOS INDIRECTOS											
imposto de selo	28358759	44261791	15903032	1.29	3.89	2.6	3.1	1.81	20447.17	115378.83	80262.6
tx. inst. prod. florestais	685863	667409	-18454	77.29	69.42	-7.87	55.27	-22.02	-1426.31	-5252.51	-14696.35
tx. junta aut. nom. portos	19019192	29674538	10655346	1.18	.67	-.51	.53	-.65	12573.31	-14907.65	-18985.97
outros impost. indirectos	13617000	23818000	10201000	.0015	.0021	.0006	0	0	15.3	14.29	0
IMPOSTOS DIRECTOS											
imposto de capitais	5677921	5535740	-142181	9.05	5.18	-3.87	4.12	-4.93	-1286.74	-21423.31	-27291.2

FONTES: 3º movimento do balancete consolidado e S.l.G.s da empresa

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A DESPESAS FINANCEIRAS NAS DIVERSAS VARIANTES

VARIANTE 1

	ENDIVIDAMENTO MEDIO		TAXA DE JURO MEDIA		EXCEDENTE	VANTAGENS		VANTAGENS
	1983	1984	1983	1984		NOMINAIS	REAIS	
10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos			10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos	
NACIONAL								
curto prazo	9151098	3482630	21.1	27	-1196047	205475.17	13820	
medio e longo prazo	9017277	11391088	25.6	32.5	607696	765985.07	31416	
ESTRANGEIRO								
medio e longo prazo	5677921	5535740	28.4	31.5	-40379	171607.94	-183808	

FONTE: 3º movimento do balancete da conta consolidada

VARIANTE 2

	ENDIVIDAMENTO MEDIO		TAXA DE JURO MEDIA		EXCEDENTE	VANTAGENS		VANTAGENS
	1983	1984	1983	1984		NOMINAIS	REAIS	
10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos			10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos	
NACIONAL								
curto prazo	9151098	3482630	21.1	27	-1345822	355250	163594	
medio e longo prazo	9017277	11391088	25.6	32.5	13328	1380353	625794	
ESTRANGEIRO								
medio e longo prazo	5677921	5535740	28.4	31.5	-360818	492046	136631	

FONTE: 3º movimento do balancete da conta consolidada

VARIANTE 3

	ENDIVIDAMENTO MEDIO		TAXA DE JURO MEDIA		EXCEDENTE	VANTAGENS		VANTAGENS
	1983	1984	1983	1984		NOMINAIS	REAIS	
10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos			10 ³ escudos	10 ³ escudos	10 ³ escudos	
NACIONAL								
curto prazo	9151098	3482630	21.1	27	280645	41902	58229	
medio e longo prazo	9017277	11391088	25.6	32.5	52	355445	281149	
ESTRANGEIRO								
medio e longo prazo	5677921	5535740	28.4	31.5	-36844	-6029	-30852	

CALCULO DO EXCEDENTE E VANTAGENS RELATIVAS A AMORTIZAÇÕES

AMORTIZAÇÕES	IMOBILIZACÕES BRUTAS		IMOB. BRUTA	AMORTIZAÇÕES		AMORT. 83	AMORT. 84	EXCEDENTE	VANTAGENS	VANTAGENS
	1983	1984		1983	1984			10 escudos	10 escudos	10 escudos
DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES										
edifício.comerc.administrat.	503058	749750	596934.71	8756	14995	.0174055477	.02512	1633.98	4605.02	1548.72
edifício.industr.e dependênc	5342828	7537506	6001199.04	124955	291262	.0327457668	.0485339676	21558.86	94748.14	35382.63
edif.efeitos obras sociais	371224	553593	440758.76	3033	21879	.0081702632	.0503639393	568.12	18277.88	13818.47
obras de pavimentação	679280	991698	789568.47	17819	39607	.026232187	.0501628439	2893.11	18894.89	10822.13
reservatórios água superf.	66311	99942	79571.66	4436	4931	.0688968949	.0619693022	887.1	-392.1	-1397.14
arranjos urbanísticos	78711	106957	85156.85	4501	5811	.0571838752	.0682387876	368.6	941.4	-243.01
DE EQUIPAMENTOS BÁSICOS										
geradores de vapor	3883334	5079191	4043941.88	268295	374089	.0690888293	.0925060278	11096.21	94697.79	18450.35
lixivadores	2924486	3756896	2991159.24	297859	444115	.0101651337	.1494736801	-26739.34	413649.64	323129.39
máquinas fabrico pasta	12715409	17863348	14227187.9	975483	1527661	.0767166042	.1073761738	115978.54	436199.46	124829.06
máq.formação folhas papel	3050368	4243087	3378253.98	99381	344812	.0325800035	.1020681103	10682.53	234748.47	164468.32
máq.prep.acabamento papel	594903	666026	530275.48	17008	35384	.0268893348	.0667275812	-1847.67	20223.67	13011.65
máq.transfomção papel	2202358	2889206	2300323.25	233741	327451	.1061321547	.1423499937	10397.26	83312.74	16571.13
aparelhagem eletrônica	162738	279021	222150.48	3912	38258	.0240386388	.1722156002	1428.2	32917.8	25120
aparelh.laborator.precisão	124866	180167	149445.06	9310	16346	.0745599282	.1181358184	1385.25	6250.75	2796.78
equip.ofic.serralh.mecanic	149673	214305	170625	7907	19606	.0528284995	.1149069597	1106.86	10592.14	6596.01
máq.e ferramentas pesadas	65352	96621	76927.55	1646	9185	.0251866814	.1193980605	291.55	7247.45	5375.55
máq.ão especificadas	251812	384164	305863.06	27075	44673	.10752069	.1460555566	5811.61	11786.39	2681.07
motores	39913	63740	50748.41	2764	9444	.0692506201	.1860945089	750.36	5929.64	4004.75
inst.ag.electr.ar compr.te	2052752	2879582	2372278.66	82706	352132	.040230303	.1484361874	12873.83	256532.17	184780.05
inst.ascens.escadas mecani	128776	194427	154738.57	81	16212	.0006289992	.1047296517	16.37	16114.63	12810.28
instalação de caldeiras	2140011	3322393	2645217.36	196038	306627	.091606712	.1159175064	46279.97	64309.03	1811.81
inst.capitac.distrib.água	1132490	1580757	1258564.49	39454	87966	.0342337027	.0689939154	3631.32	44880.68	26593.3
inst.carga.descarg.embarqu	86167	127500	101512.74	3404	6473	.0395046828	.0637653961	606.23	2462.77	1143.43
inst.centrais telef.prtiv.	92788	111768	88987.26	4761	6652	.0513105143	.0747522726	-195.02	2086.02	730.2
inst.armazém depósito betô	87162	128566	102361.46	397	6460	.0045547372	.0631096869	69.23	5939.77	4677.08
inst.armazém dep. metálico	180264	266047	211820.86	1601	21686	.0088814184	.1023789631	280.27	19804.73	15384.65
inst.postos transfomção	146115	178652	142238.85	2882	12527	.0197241899	.0880701699	-76.45	9721.45	7168.18
inst.ão especificadas	2362565	3273228	2606073.25	76404	306754	.0323394277	.1177073592	7874.92	222475.08	159951.97
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS										
	132757	158196	25439	18008	19833	1825	15790.61	458105.51	288707.7	72470459.26
MATERIAL CARGA E TRANSPORTE										
tract.máq.dep.equip.uso es	326710	394812	314340.76	42663	47281	.1305836981	.1504131992	-1615.22	6233.22	-3403.67
tractores e atrelados	224581	286616	228197.45	22316	36274	.1033747289	.1589588299	373.85	12684.15	5290.72
veículos aut.ligeir.passag	162860	210034	167222.52	26236	31659	.1610954194	.1893203196	703.1	4719.9	-1732.89
veic.aut.pesados e reboque	201150	254532	202652.87	24613	27729	.1223614218	.136630041	183.89	2932.11	-2719.66
veic.aut.merc.forte desgus	181700	168294	133992.04	10583	17290	.0582443888	.1290375177	-2778.72	9485.72	5961.64
guindastes,gruas,empilhad.	546086	684393	544898.89	36246	63960	.0663741608	.1173795738	-78.79	27792.79	14756.36
EQUIPAM.ADMINIST. SOC. e MOB.01										
máq.escrever e calcular	94865	142576	113515.92	9508	16931	.1002266379	.1491508809	1869.32	5553.68	2102.78
refeitórios e coz.privat.	54630	78190	62253.18	3810	6450	.0697419001	.1036091572	531.66	2108.34	793.69
mobiliário	237512	315457	251160.03	14375	23947	.0605232578	.0953453843	826.02	8745.98	3865.06
de equipamento diverso	102884	134730	107269.11	7678	10804	.0746277361	.1007186521	327.25	2798.75	596.66
OUTRAS	441926	483885	385258.76	25928	31687	.0586704561	.0822486169	-3324.69	9083.69	2625.2

